

## As celebrações com o Santo Padre

**P**assadas as euforias e as emoções fortes da Visita de Sua Santidade o Papa Bento XVI a Portugal nos dias 11 a 14 de Maio de 2010, é nosso dever registar o acontecimento litúrgico que esteve na origem duma nova imagem deste pontificado.

A ideia deste serviço editorial nasceu na escuta das palavras do Santo Padre na Audiência-Geral de Quarta-feira no dia 19 de Maio. Informou e comentou os acontecimentos da sua Visita, mas o tom da sua voz era emotivo e foi esta emoção espiritual que me chamou a atenção. O carinho com que falou da sua Viagem apostólica cativou a minha atenção e fez nascer em mim a necessidade de aprofundar os conteúdos. Duas semanas depois, o jornalista Jean-Marie Guénois do jornal francês *Le Figaro*, em entrevista à *Voz da Verdade* declarava: «Vejo esta viagem apostólica como um resumo do seu Papado e da Igreja! Na prática, esta viagem marca uma recuperação no pontificado de Bento XVI». E, convencido, explica as suas razões e insiste: «Sim, a imagem mudou para o público em geral, mesmo que ainda existam pessoas que não “querem” ver o óbvio. Mas o que é mais impressionante é, mais uma vez, ver que a força da imagem de Bento XVI é precisamente não “fabricar” uma imagem artificial. Se olharmos atentamente para as coisas como elas são produzidas, vemos um Papa humilde, simples, verdadeiro e

inteligente, que cativou Portugal. Esta não é uma imagem. É ele, como ele é. E, pela primeira vez – mas acho que isso só foi possível porque se sentiu “tocado” pela mobilização dos portugueses –, foi a sua verdadeira imagem que passou».

A imagem que ficou do Papa em Portugal foi a que ele trouxe para nos deixar. Sabemos que a Viagem foi toda preparada ao pormenor e nada foi deixado à arte da improvisação. Só o nosso Primeiro Ministro é que improvisou um tratamento cardinalício ao Santo Padre – e bem devia ter pedido desculpas aos portugueses por essa falta de educação diplomática. O Papa não estava distraído, mas estava noutra: tinha feito opções radicais em tempos de grande crise social e eclesial. Consta que os jornalistas de uma nossa grande agência de notícias tinham recebido orientações superiores no sentido de não tratar o Papa de “Sua Santidade”. O escândalo da pedofilia impedia ver a realidade da Igreja “santa e meretriz”. Esse mistério tremendo está muito presente à própria Igreja que nunca deixou de se confessar pecadora, como nunca deixou de afirmar a santidade de Deus no exercício da sua missão eclesial. Para a sua Visita a Portugal, num contexto eclesial muito concreto – o 10º aniversário da beatificação dos pastorinhos Jacinta e Francisco – o Papa escolheu a oração e a liturgia como actividade primária. O resumo da Audiência diz em português:

«A Visita teve início em Lisboa; durante a Santa Missa falei da necessidade dos cristãos serem semeadores da esperança. Seguindo para Fátima, peregrino com os peregrinos, lá apresentei ao Imaculado Coração de Maria as alegrias e esperanças, os problemas e sofrimentos do mundo inteiro. No dia 13, aniversário da primeira Aparição de Nossa Senhora, durante a Celebração da Eucaristia lembrei na homilia que as aparições nos falam de uma mensagem exigente e consoladora, centrada na oração, na penitência e na conversão, que nos leva a superar as dificuldades da história, convidando a humanidade a cultivar a grande esperança. E a viagem concluiu-se na histórica cidade do Porto, com a Celebração Eucarística, insistindo no compromisso para a missão. E de lá me despedi de Portugal, manifestando o desejo de que a minha Visita se tornasse incentivo para um renovado impulso espiritual e apostólico».

A Viagem do Santo Padre a Fátima teve um sentido mais eclesial do que nacionalista, como concluía no discurso da Audiência-Geral: «Rezemos ainda para que por intercessão de Maria Santíssima, o Espírito Santo torne fecunda esta Viagem apostólica, e anime no mundo inteiro a missão da Igreja, instituída por Cristo para anunciar a todos os povos o Evangelho da verdade, da paz e do amor». A missão da Igreja no mundo começa e termina na liturgia. Aqui se proclama o Evangelho da verdade, da paz e do amor. O património intelectual e teológico do Santo Padre encerra tesouros preciosos para o nosso tempo. Aparentemente, suscita questões desnecessárias – porque académicas e ideológicas numa Igreja “meretriz” – mas na realidade ele chama as coisas pelo seu nome e no momento certo. E quando os meios de comunicação social esperava um

discurso de “meretriz”, tão bem encenado para humilhar o Papa aos olhos do mundo – e em Portugal isso foi notório – o Santo Padre apresenta ao mundo uma Igreja “santa” com os sinais da sua santidade.

As celebrações litúrgicas constituíram a verdadeira manifestação da santidade da Igreja na oração e na missão. A beleza e a verdade da Igreja foram bem manifestas nas sete celebrações presididas pelo Santo Padre, das quais três foram Missas. O encontro com os representantes do mundo da Cultura recebeu um tratamento diferente, por respeito aos laicos, já que a cultura bem merecia o enquadramento orante que melhor exalta a sua excelência.

Os textos e os ritos das celebrações foram os da liturgia romana, reformada e sempre em reforma. As diferentes assembleias – Lisboa *capital*, Fátima *popular* e Porto *nortinho* – expressaram a mesma fé dum modo solene e sóbrio, como é próprio da liturgia romana. Esta grande solenidade, associada a uma nobre sobriedade, produz um efeito de extraordinário impacto que envolve os fiéis e detém, por uns momentos, os indiferentes e os do contra. Os espaços envolventes, mesmo sem visão directa, foram sacralizados durante as celebrações e os momentos altos disputaram-se entre o acolhimento ao Papa, a escuta da Palavra, o canto, a oração, a comunhão e o silêncio. O Papa deixou que Jesus Cristo fosse o pontífice. A figura papal realçava a presença de Cristo. Para isto muito contribuiu a preparação e a execução do cerimonial da liturgia papal. Esta está toda centrada em Cristo e orienta tudo – pessoas e coisas – para Cristo. As celebrações deste pontífice colocam as coisas criadas e redimidas ao serviço do Criador e Redentor. A orientação é toda para Cristo,

ainda que de cara para os homens. O feliz cenário do Terreiro do Paço apresentava a pessoa do Papa num fundo de Igreja missionária que tem a Cruz e o Cristo crucificado como centro da actividade eclesial. O Papa presidiu voltado para o povo, mas convidando-o a voltar-se como ele para Cristo. O Papa deu a comunhão a fiéis que se ajoelharam para comungar na boca – expressão sublime de fé no sinal do Pão-Corpo de Cristo. O Papa apresentou-se como um orante e um mestre de oração em todas as sete celebrações. As suas vestes e o seu olhar indicavam o pastor que Cristo escolheu para a sua Igreja no tempo presente. A ternura do Papa aos pés da Senhora de Fátima, naquela noite de luz e vigília, revelaram ao mundo que o Santo Padre tem um coração de criança, como os três pastorinhos. Esta cena pode ter mudado o rumo deste pontificado, como o atentado em Roma no dia 13 de Maio de 1981 mudou a vida e o pontificado de João Paulo II. Estes pequenos gestos podem ser grandes acontecimentos de graça.

As celebrações papais cumprem as normas litúrgicas em vigor e recuperam antigas normas da oração que, na perspectiva deste Pontífice, se tornam úteis e necessárias para a expressão e a promoção da fé católica, apostólica e romana. Ele é o garante da fé da Igreja e deve recorrer à norma da oração – *lex orandi* – para afirmar a norma da fé – *lex credendi* – e vice-versa. A novidade litúrgica deste pontificado situa-se mais no espírito da celebração, toda centrada em Cristo. Esta sensibilidade litúrgica reclama gestos e atitudes conformes à fé da Igreja: a sua prática denuncia costumes menos dignos dos mistérios de Cristo.

Os gestos dos ministros foram dignos das realidades celestes que significam.

E nas celebrações todos os gestos dos ministros foram igualmente orantes: o beijo ao altar, a incensação, o tom e o texto das orações, a proclamação das leituras, a homilia e a apresentação dos dons, o olhar e o abraçar, o canto e o silêncio. Tudo foi ordenado ao serviço do memorial de Cristo morto e ressuscitado. Cada ministro conhecia bem e executou aquilo que lhe competia, consciente da importância da celebração. As vestes dos ministros foram digna expressão de decoro e de fé. O canto dos ministros teve a dignidade da arte musical ao serviço da fé. Os movimentos no presbitério realizavam o cerimonial sob a orientação dos mestres das celebrações litúrgicas. Como numa execução musical, as notas da pauta são as mesmas, mas a diferente interpretação faz a diferença entre a arte e o banal.

O Santo Padre voltou para Roma fazendo votos para que a sua Visita «se tornasse incentivo para um renovado impulso espiritual e apostólico». As celebrações litúrgicas presididas pelo Papa realizaram a verdade da Visita. Veio a Portugal para rezar em Fátima e rezou na passagem por Lisboa e na despedida no Porto. A presença do Papa constituiu um convite à oração, porque a Igreja é orante. O Terreiro do Paço e a Avenida dos Aliados mostraram ser espaços adequados à oração cristã e deviam ser requisitados mais vezes pelos cidadãos para manifestarem publicamente a sua fé, onde outros também manifestam as suas ideologias. Este seria um contributo à democracia e uma informação à sociedade acerca do verdadeiro rosto da Igreja santa e pecadora. Os cristãos celebram para acolherem o dom de Deus destinado aos homens. A evangelização passa pela liturgia. A caridade nasce na liturgia e o mundo precisa da oração dos cristãos

como da graça de Deus. O “renovado impulso espiritual e apostólico” reclama celebrações mais verdadeiras porque nelas se gera a vida cristã. A abertura ao Espírito Santo e à missão são ensinadas e praticadas nas celebrações litúrgicas, que começam com o sinal da cruz – em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo – e terminam no envio missionário: “Ide em paz e o Senhor vos acompanhe”.

Os ministérios litúrgicos – ordenados, instituídos e nomeados – receberam, por ocasião da Visita do Santo Padre a Portugal, o dom de Deus numa liturgia de verdadeira comunhão eclesial. A liturgia não se inventa, não se improvisa, não é propriedade pessoal, não se manipula, não é utilitária. A liturgia, como dom de Deus, precisa de ser descoberta e celebrada. Os agentes da pastoral litúrgica que participaram activamente em alguma das celebrações presididas pelo Santo Padre receberam a graça dum “impulso” que deve renovar o seu ministério.

O Santo Padre mereceu todo aquele esforço na preparação e esmero na execução, mas o Senhor Jesus que nos visita e preside em cada celebração – *Ele está no meio de nós* – merece o mesmo, e se possível ainda melhor. As “vestes de ver a Deus” são para usar nas celebrações por todos os fiéis leigos e não servem as vestes que se destinam aos olhos dos humanos. As vestes litúrgicas não são uniformes de teatro sagrado, mas as vestes próprias dos ministros no exercício dos seus ministérios. A postura dos fiéis deve estar de acordo com a presença de Cristo e de toda a assembleia celeste, afirmando-a e realizando-a com os gestos mais adequados. Os cantores cantam a glória de Deus em união com a Igreja celeste para encanto e êxtase da Igreja peregrina

que deseja ouvir no tempo do desterro os cânticos da pátria celeste. Os presidentes estão ao serviço do divino liturgo – *in persona Christi* – e são mediadores de Deus e dos homens, ministros de Cristo que realiza e garante a eficácia da palavra e da oração: isto reclama uma atitude de profunda humildade e espírito de oração na prestação deste serviço. Os sacerdotes – diáconos, presbíteros e bispos – precisam de acreditar no que celebram a fim de celebrarem como acreditam. Os leitores são pulmões, boca e coração de Jesus: sabem dizer o que aprenderam a ler no livro vivo da Sagrada Escritura. De ler o livro a pronunciar a palavra de Deus, vai a distância da terra ao céu. Na liturgia o leitor fala com o coração de Deus na boca e, porque sabe o que diz, procura dizer bem: é a sua forma de oração a Deus na presença dos irmãos. E os acólitos ? São anjos que se movem sem serem notados: servem ao altar e procuram ser dignos de tão grandes mistérios com toda a atenção da sua mente e do seu coração.

Foi assim que as coisas aconteceram nas celebrações do Santo Padre durante a sua Visita a Portugal. Parabéns a Sua Santidade o Papa Bento XVI pela beleza das suas celebrações tão orantes quanto o objectivo da sua vinda a Fátima. Parabéns a todos os que colaboraram na preparação e nas próprias celebrações. Parabéns a todos os que guardaram para seu uso as lições da arte de bem celebrar. Parabéns aos meios de comunicação social pelo empenho e competência profissional na transmissão das celebrações que revelam o rosto e a beleza da verdadeira Igreja que Jesus Cristo confiou ao sucessor de S. Pedro nos nossos dias.

Santo Padre, volte de novo.

PEDRO LOURENÇO FERREIRA

## CANTAR PORQUÊ?

### *Função da música na liturgia*

#### INTRODUÇÃO

Para introduzir este trabalho e antes de tentar responder à pergunta que encabeça o seu título, gostaria de assinalar algumas ideias – força para nos entendermos. Conta-se que numa certa cidade, estava a construir-se uma grande catedral. Um turista que por aí passou, ao reparar em todo aquele movimento e azáfama, aproximou-se dos trabalhadores e perguntou a um. O que estás a fazer? Esse respondeu: estou a transportar pedras de um lado para o outro. O turista fez a mesma pergunta a outro trabalhador e esse respondeu: estou a ganhar o meu pão, pois tenho de alimentar uma família. O turista interpela um terceiro trabalhador

que responde nos seguintes termos: estou a construir, com outros, uma catedral na qual muitos louvarão a Deus e onde, até os meus filhos poderão encaminhar-se para Cristo. Moral da história: todos os trabalhadores apresentaram respostas que tinham a ver com a construção da catedral, mas não há dúvida de que a resposta do último trabalhador, por estar, certamente, mais preparado, foi a mais essencial e verdadeira das três.

Num Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica cuja temática é: “Cantai ao Senhor com arte e com alma”, MÚSICA NA LITURGIA necessário se torna reflectir, apreender e assumir as coordenadas essenciais daquilo que é a música para a liturgia. Aqueles que trabalham no ministério da música para a liturgia não deverão responder, de qualquer maneira à pergunta. Que estás tu a fazer na tua comunidade ou paróquia? A resposta terá de ser: Estou a construir uma catedral... Não outra.

No trabalho que irei apresentar foi minha preocupação fazer desfilar um conjunto de dados essenciais, de várias ordens, que poderão ajudar os trabalhadores da música para a liturgia a estabelecerem algumas sínteses sobre o assunto. Eis alguns dados.

1. Há uma relação umbilical entre a música e o ser humano. Assim como a



música é uma misteriosa síntese entre ritmo, melodia e harmonia, assim o ser humano, numa determinada perspectiva, uma síntese entre motricidade, afectividade e racionalidade. O ritmo interpela e dialoga com a motricidade humana; a melodia interpela e dialoga com a afectividade humana, a harmonia interpela e dialoga com a racionalidade humana. Isto é, o ritmo, a melodia e a harmonia, ordenadamente articulados formariam um acorde perfeito; a motricidade, a afectividade e a harmonia, ordenadamente articulados formariam, também um acorde perfeito. Estes dois acordes, colocados um perante o outro, entendem-se, convivem estreitamente entre si, exigem-se, mesmo, mutuamente. Reside nisto o poder quase inexplicável da música sobre a pessoa humana e a necessidade de música que o homem sente. Reside nisto a capacidade de expressão do canto e da música que supera, incomparavelmente, a da expressão das meras palavras, do mero proclamar, ainda que, com a maior convicção.

**2.** Tudo é música. Os gregos (Pitágoras, Platão, sobretudo, mas também, Aristóteles) afirmaram-no, a partir dos números que estabeleciam a ordem e as proporções, com os dados científicos de que dispunham e que já eram geniais. Aquela afirmação foi-se estruturando, através da história e, hoje, com a moderníssima teoria das Supercordas que responde a um projecto de Einstein que sonhou com a elaboração de uma teoria do Campo Unificado (uma tentativa de reformulação, em termos modernos, da ordem real do universo, com suas leis) mas morreu sem ter realizado o sonho.

A teoria das Supercordas permite-nos saber que tudo quanto existe no Universo, desde os chamados infinitamente grandes aos infinitamente pequenos, vibra como

uma corda e vibra de forma ordenada, produzindo o que nós chamamos harmónicos. Oitava, quinta, quarta, terceira maior, terceira menor, segunda maior e por aí fora.... Há biliões de biliões de sons organizados, embora não audíveis pelo ouvido humano, a soar em todo o universo. Uma sinfonia cósmica. Porque é que o rei David e outros autores de salmos e cânticos chamavam tudo quanto havia no universo para, com tudo isso, louvarem e cantarem ao Senhor?

**3.** Há duas espécies de música: uma fruto da Ordem, outra da Desordem; aquela, apolinia, esta dionisiaca; aquela une e constrói, esta dispersa e destrói.

**4.** É preciso reparar bem no enquadramento requintado que a Igreja dá ao louvor ao Pai por Jesus Cristo, no Espírito Santo na Celebração Eucarística, paradigma de todas as celebrações. Prefácio da Anáfora: “Por isso, Vos servem todas as criaturas, Vos louvam todos os redimidos e Vos aclamam os Anjos, os Arcanjos, todos os coros celestes e os Santos. Com eles, também nós proclamamos a Vossa glória, cantando com alegria. Santo, Santo, Senhor Deus do Universo. O céu e a terra proclamam a Vossa glória... Encerramento da Anáfora: “Por Cristo, com Cristo, em Cristo, a Vós, Deus Pai Todo-poderoso, na unidade do Espírito Santo, toda a honra e glória, agora e para sempre”. Nós queremos cantar com todos os coros celestes, com todos os santos, com todas as criaturas, com o Céu e a terra, ao Pai todo-poderoso, por Cristo por Quem tudo foi criado e recriado, no Espírito Santo, Inspirador do nosso Canto, agora e para sempre isto é, assumindo o canto perene que une passado, presente e futuro. Quem dá o tom desse Canto? Quem senão os Anjos? Os Anjos que aprenderam bem aquele “Cântico de louvor, o qual ressoa



eternamente nas moradas celestiais, e que Jesus Cristo, Sumo-sacerdote, introduziu nesta terra de exílio”? Porque a razão última do nosso canto e da nossa música na liturgia terrestre é a Santíssima Trindade, então a música para a liturgia que compomos ou executamos terá de expor-se, apenas, ao Sol da liturgia celeste e nunca a outros sóis. Cantai ao Senhor com arte e com alma. É preciso ter a consciência de que se está a construir, na terra, uma catedral, símbolo da Catedral celeste.

## **CANTAR NA LITURGIA: PORQUÊ?**

### **1. O canto na Sagrada Escritura**

A palavra “cantar”, com outras ligadas ao acto de cantar aparece no Antigo Testamento 309 vezes e no Novo Testamento 39. Numa observação geral sobre os contextos em que essa palavra aparece, depreende-se que o homem precisa de cantar a Deus e que recorre ao canto, à música porque as meras palavras não lhe permitem exprimir-se a Deus, tanto quanto a sua alma pede e exige. O próprio grito aparece sublimado em intervalos melódicos de quarta ou de quinta. Ao querer entrar em contacto profundo com Deus, o Único que o pode ouvir e valer-lhe, (ele sabe-o), nas situações de maior necessidade de O louvar e de Lhe agradecer ou noutras urgências de súplica para que seja libertado dos males do mundo, o homem vê desencadear, despertar em si, em todo o seu ser, emoções tão profundas, tão alargadas e intensas (as quais provocam vibrações acústicas na pessoa), que tem de recorrer ao canto, porque o pronunciar meras palavras fica infinitamente aquém daquilo que tem urgência em exprimir.

O canto alarga, para dentro e para fora, multiplica, a intensidade da expressão. Deve-se a Tomas de Aquino a seguinte afirmação: a música começa onde a palavra acaba.

Pela psicologia da Música, sabemos que não tem comparação o acto de falar com o acto de cantar, quanto ao número vibrações dos órgãos do ser humano. Eis porque o homem se assume como instrumento para se dirigir a Deus, ao mesmo tempo que deseja ser acompanhado pela criação inteira e com os instrumentos que dela emergiram: “Desperta, minha alma; despertai, também, harpa e cítara, quero acordar a aurora. Hei-de louvar-te, Senhor, entre os povos, hei-de cantar-te salmos entre as nações, pois o teu amor é tão grande que chega ao céu e a tua fidelidade chega até às nuvens”(Salmo,57,9-11). Verifica-se, assim, que a necessidade da música e do canto está adstrita, sobretudo, àqueles momentos nos quais é sentida, vivida e assumida, aquela provocante e estonteante contemplação pelo homem da infinita grandeza de Deus espelhada, espectacularmente, na natureza e nos quais experimenta que o Seu amor é imenso e infinitamente fiel.

O homem abre os olhos e descobre uma grande e bela concha, lá no alto dos céus, no qual estão cravados luzeiros que alumiam de dia e de noite; no ar, a brincadeira graciosa, às vezes, ativa de milhões de aves que, com seus chilreos, compõem, constantemente, sinfonias corais; experimenta a queda da chuva e o afago da luz do sol e da lua; repara nos montes e vales, com uma impressionante e colorida multiplicidade de espécies de animais, uns mansos, outros ferozes, nas árvores e arbustos de variadíssimos tons e tamanhos voltadas para as alturas, a rezar ao Altíssimo e a oferecer flores e

frutos aos homens; na grandeza do mar que até parece um ser vivo, com aquela dança imponente e sem fim da água e de milhões de peixes... Vê tudo isso: tanto que ver e admirar. E mais: o homem sabe que Deus não se esquece da Sua Aliança: Vós sereis o meu Povo e eu serei o vosso Deus. É infinitamente fiel a ela e, por isso, multiplica intervenções a seu favor.

É por tudo isto que o homem canta e sabe, tem a consciência de que não pode deixar de cantar, de ser instrumento cantante para Deus, por tantas maravilhas.

## 1.1 Canto na Bíblia

ApimeirareferênciaaoCantonaBíblia dá-se a quando daquele acontecimento único, marcante e estruturante, que para sempre será lembrado, com alvoroço, pelo povo eleito, no capítulo das relações de Deus com os homens: a passagem do Mar Vermelho. Conhecemos a história. Israel foi libertado da escravidão dos egípcios por uma generosíssima intervenção de Deus, a qual ultrapassa tudo quanto se possa imaginar: o mar abre-se de par em par, transforma-se em colossal auto-estrada ladeada por dois diques, a segurarem as águas. Então, o povo, com seus rebanhos, pode passar, a pé enxuto e em total segurança: seriam dezenas de milhar. Depois da passagem, a água volta à normalidade e as tropas egípcias ficaram impedidas de continuarem a perseguir os israelitas. Foi a Salvação destes.

Deus tinha estabelecido uma aliança com o povo de Israel, através de Abraão: Eu serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo. Com esta intervenção no mar vermelho, Deus testemunha a infinitude da Sua fidelidade. Por isso, o Êxodo no cap. 14,13, regista: o povo acreditou em

Deus e em Moisés, Seu servo. Mas não foi suficiente esta profissão de fé, expressa de forma prosaica e não suficientemente ampla. Uma segunda reacção vai acontecer. Escancaram-se os limites das palavras, afina-se a caixa de ressonância do Cosmos para exaltar a grandeza e a fidelidade de Deus. E solta-se, então, um cântico, o Cântico de Moisés: uma embriaguez, um inebriamento de admiração, de agradecimento, de alegria e confiança porque o Senhor fez maravilhas maiores do que as de todos os outros deuses.

Nós conhecemo-lo: “Cantarei ao Senhor que é verdadeiramente grande: cavalo e cavaleiro lançou ao mar. Minha força e meu canto são o Senhor: Ele foi para mim a salvação. É este o meu Deus: glorificá-lo-ei; o Deus de meu Pai: exaltá-lo-ei” ...Este é o primeiro cântico da Bíblia, o paradigma de todos os cânticos da Bíblia que virão a ser compostos, até se transformar no Cântico do Cordeiro imolado do Apocalipse que os vencedores da trindade satânica (besta, imagem da besta e o seu número) entoam, junto ao mar de vidro (um mar límpido, celeste), ao som das harpas que Deus lhes tinha dado, por ser, agora, o Cântico da libertação operada pelo Cordeiro... Deslumbrante quadro da Liturgia celeste registado no Apocalipse de S. João, cap.15,2-4. Quadro que deveria pairar, para todo o sempre, sobre as liturgias terrestres da Igreja, o novo povo de Deus, nas quais os cânticos e as músicas não serão nada, se não forem variações do Cântico ao Cordeiro imolado e libertador.

Depois da travessia milagrosa do Mar Vermelho, os Israelitas viram-se obrigados a reconhecerem que esse acontecimento extraordinário não acabaria com as tribulações de toda a ordem. Tinham, agora, na frente, o longo caminho do



deserto com todos os condicionamentos que impunha: doenças, falta de água e alimentos, desavenças, ataques de outros povos, tempestades, etc. Tudo isso punha à prova a fé desse povo no Deus verdadeiro. Mas nesse caminho duro do deserto até à terra prometida, Deus acompanha carinhosamente o Seu Povo, manifestando-se através dos seus profetas e chefes, umas vezes com repreensões e castigos, demonstrando que é o único Senhor, outras vezes com intervenções cheias de misericórdia e bondade, testemunhando que é o Deus que não quebra nunca o juramento da Sua incondicional fidelidade feito ao Seu Povo. Estas circunstâncias proporcionaram a criação de Cânticos e Salmos que brotavam daquelas almas e vidas atingidas ora pelo desespero, pelo medo, pelo desprezo, pela doença, pela morte, por disputas bélicas, pelo aparente esquecimento ou fúria por parte de Deus, ora pelos gestos de compreensão, solicitude, salvação e carinho do Senhor Deus do Altíssimo. Todas estas experiências, agora desaguadas em oração, fizeram com que a relação orante do povo eleito com Deus fosse sólida, assente na verdade da vida tal qual era e na certeza de que só Deus, a Quem a criação inteira louva e os Anjos cantam, pode salvar e mais ninguém.

Nestes diálogos orantes, o Povo descobre e conclui, com os próprios olhos, com a própria experiência, que Deus não é um Deus só do passado, mas também do presente e do futuro, porque actua a favor do Seu povo, no presente, actuou no passado e portanto, vai actuar, no futuro.

Paralelamente, também, os cristãos sabem que estão na vida nova em Cristo, e por isso, com toda a verdade, cantam o cântico novo da nova Aliança, embora devam suportar os sofrimentos e dores dos homens, na história, transformando-os em

hinos e cânticos de louvor. Com S. Paulo, os cristãos sabem que a realidade cristã, na terra não é sombra, nem realidade plena, mas figura do que há-de vir. Para exprimir, no mais elevado patamar, toda a profundidade, altura e transcendência de tudo isso, as meras palavras não chegam: é precisa a música e o canto.

## 1.2 O Livro dos Salmos

O Livro dos Salmos constitui a única fonte que temos para podermos fazer uma ideia do que seria o canto individual e comunitário em Israel ou a música que se praticava no Templo. Apesar das investigações científicas feitas sobre o que seria o canto e a música do povo eleito, ainda não é possível construir uma teoria detalhada sobre esse assunto. Entretanto, temos dados suficientes para afirmar que os salmos têm muito a ver com o canto e com a música:

a) O termo hebraico *Zamir* que corresponde à palavra Salmo, em português, foi traduzido em grego por *Psallein* que significa puxar: o que indica que o salmo era acompanhado por instrumentos de corda que os dedos puxam, que é percutida. Esta prática estaria em consonância com a tradição das línguas orientais antigas

b) Segundo essas mesmas tradições, o texto do salmo era servido por uma espécie de melodia muito primária e essencial, com inflexões no princípio e no fim, e acompanhado por instrumentos de corda.

c) No princípio e no final dos Salmos há recomendações concretas sobre a forma de executar o salmo, indicações de instrumentos a usar e mesmo um ou outro apontamento para a qualidade da execução.

d) Nos Salmos, textos poéticos transformados em oração cantada, está plasticizada toda a envergadura e amplitude das experiências e relações históricas e espirituais do povo de Israel com Deus, Senhor do céu e da terra, justo, compassivo e misericordioso. O medo, a tristeza, o desencanto, a súplica, o desabafo, a esperança, a confiança, a gratidão, a acção de graças, a alegria, o louvor, a contemplação, tudo isso constitui o conteúdo do diálogo orante do povo com Deus, porque é assumido que Ele é fiel para sempre à Sua aliança. Impressionante verificar que até um salmo de lamentação inclui, no final, uma confissão de confiança. Afinal, o acontecimento da milagrosa travessia do Mar Vermelho transforma-se em profecia a respeito da solicitude de Deus com o Seu Povo. Ela fica a ser a última palavra na vida e na história: um prenúncio das núpcias de Deus com o Seu Povo remido e salvo em Jesus Cristo.

Continuemos. O Livro dos Salmos tornou-se o livro de orações da igreja primitiva a qual, deste modo, se transforma em igreja que canta, isto é, que participa naquele Hino que Jesus Cristo dirige ao Pai (conf. Primeiro parágrafo da Constituição Apostólica pela qual se promulga o Ofício Divino segundo o decreto do Concílio Vaticano II).

Neste contexto, uma reflexão de primeira importância se impõe. É certo que Israel atribuiu ao rei David a composição de uma grande parte dos Salmos aos quais deu uma interpretação de ordem teológica, no percurso da história da Salvação. O rei David está no centro da promessa messiânica e muitos foram os profetas que, nas suas profecias, relacionaram o rei David com o futuro Messias e desses

anúncios fez-se eco o próprio Arcanjo Gabriel, a quando da Anunciação.

Então, é dado o salto. Para os cristãos, Cristo é o novo e verdadeiro David, o qual, no Espírito Santo, reza, canta e toca os Salmos com Aquele e através d'Aquele que é seu filho (Hossana ao Filho de David) e que é, ao mesmo tempo, o próprio Filho de Deus. Isto conduz-nos, então, a uma grandiosa e transcendente constatação: os cristãos, ao unirem-se à oração daquele que era, que é e que há-de vir, Cristo, o novo e verdadeiro David, participam na oração de Israel e, ao mesmo tempo, executam o Cântico Novo, que é trinitário, pois, segundo a interpretação dada aos Salmos, o Espírito Santo inspira o rei David a cantar, a tocar e a rezar, isto é, a ser a boca orante de Cristo e a conclusão da reflexão fica a ser óbvia: os Salmos são a oração de Cristo ao Pai no Espírito Santo. Esta interpretação cristológica e pneumatológica abrange, obviamente, não só o texto, mas também o elemento musical, isto é, abrange o salmo na sua verdade total.

Desdobrando um pouco mais este assunto tão augusto, diremos, que é o Espírito Santo Quem ensina David a rezar e a cantar e, através dele, a Israel e, depois, a Igreja a cantar e a louvar o Pai, em Jesus Cristo, pelos séculos dos séculos, até desembocar na Liturgia da celeste Jerusalém. Estamos a falar de uma música – oração que brota do homem, enquanto equilibrada síntese da sua racionalidade, da sua afectividade/sensibilidade e da sua motricidade e enquanto sinal e sacramento de toda a criação que geme e suspira pela sua libertação e salvação. Nesta ordem de ideias, constata-se que estamos a falar de um carisma, de uma nova glossalia, no dizer do Cardeal Ratzinger,

que conduz àquela embriaguês da fé, no Espírito, na qual as possibilidades da mera racionalidade não são suspensas, mas ultrapassadas. Um canto assim é uma expressão do Logos anterior a todas as expressões e, por isso, muito mais ampla e profunda do que as meras palavras por mais adequadas e santas que sejam. Eis porque se canta e se faz música na Liturgia.

Na Bíblia de Israel, há duas razões de fundo para cantar ou louvar a Deus, com canto: a situação de miséria e a alegria ou a da aflição e a salvação. Importa esclarecer. As relações do povo de Israel com Deus estavam marcadas pela reverência e, mesmo, pelo medo. Deus aparecia aos israelitas como Senhor e Criador de todas as coisas, o Altíssimo. Eles estavam habituados a admirar e temer os poderosos deste mundo pela perspectiva do poder. Não descobriram, por isso, a perspectiva do amor, embora, nas múltiplas expressões de confiança e esperança bem patentes nos Salmos se pudesse vislumbrar um amor como que escondido. A relação (amor-canto) surgiu na história de Israel, quando foi introduzido no Cânon dos livros bíblicos o Livro do Cântico dos Cânticos (sec I depois de Cristo) que é uma recolha de cânticos, uma série de belos poemas relacionados com o amor humano. A leitura do Cântico dos Cânticos está marcada, desde sempre ou quase, por uma transposição de sentido que faz dele uma alegoria, em que o amado é Deus ou o Messias, novo Salomão, e a amada é Israel ou a Igreja, como nova comunidade de Israel. Fica, então, esta poesia sublime a pertencer à Sagrada Escritura, como história do amor de Deus ao Seu povo, uma aliança que recebe luz do amor humano, no noivado, no matrimónio. Jesus vai assumir esta perspectiva ao apresentar-

-se como esposo nas suas parábolas. Conhecemos a parábola de Jesus referida em Marcos, II,19. “Podem os convidados do casamento jejuar, quando o noivo está com eles? Enquanto o noivo está com eles, não podem jejuar. Dias virão em que o esposo lhes será tirado. Nesse dia jejuarão” Os dias da Paixão foram os dias em que Ele foi tirado.

A ideia das núpcias de Deus ou do Messias com o Seu Povo aparece noutras oportunidades. As circunstâncias do casamento de Caná justificaram que Ele tivesse decidido antecipar a Sua hora. A ideia das núpcias está, igualmente, no banquete nupcial e na parábola das virgens prudentes e das virgens loucas, ou insensatas. Mas é no Apocalipse, na inimaginável Liturgia celeste, que o tema das núpcias aparece como central: tudo se encaminha, através da Paixão, para as núpcias do Cordeiro imolado que é, ao mesmo tempo, vencedor definitivo da trindade satânica (a besta, a sua imagem e o seu número). Aquelas núpcias são o sinónimo da nova Aliança plenamente estabelecida entre Deus e a Igreja, a cidade santa, a nova Jerusalém, na Páscoa de Jesus Cristo, no Espírito Santo.

Eu vi a cidade Santa (Ap. 21,2-3).

Aquela comunhão nupcial acontece, enquanto estamos presos aos nossos corpos mortais, em figuras, de várias formas, sendo a Comunhão Eucarística a mais eminente de todas. Quando comungamos, somos um com o Senhor, como o homem e a mulher, em comunhão matrimonial, sinal da comunhão nupcial de Cristo com a Igreja, são uma só carne. O amor é tudo. O amor é Deus, o Amor é a Aliança, as núpcias de Deus com a Igreja e da Igreja com Deus. Terão as meras palavras capacidade para exprimir, o mais possível, tão transcendente e

misteriosa verdade vivida? Penso que não. É preciso recorrer ao silêncio ou à música que integra, também, o silêncio. Assim como o homem é a imagem e semelhança de Deus no mundo, assim o canto e a música na liturgia sobre a terra, são a imagem e semelhança do canto da liturgia celeste na qual os Anjos participam. “*Coram Angelis psallam tibi*” (Salmo 137-138) “*Cantare amantis est*”, escreve S. Agostinho. O Cantar na liturgia é cantar o Amor. Canta-se na liturgia porque se quer amar à medida não do simulacro do amor imaginado pelos homens, mas à medida do Amor de Deus. Mais uma vez, estamos envolvidos na interpretação trinitária da música na liturgia. O Espírito Santo é o Amor e cria o canto, como o fez em David. Ele é, também, o Espírito de Cristo, compromete-nos com Cristo e, assim, conduz-nos ao Pai.

Canta-se na liturgia porque só Deus deve e pode ser cantado; canta-se na liturgia porque a criação inteira louva o Criador sobretudo através do seu máximo representante, o homem; canta-se na liturgia terrestre porque esta é espelho da liturgia celeste na qual o Canto é o Canto de Amor cantado pelo coro dos Anjos, coro que é o único pedagogo de toda a música do céu e da terra iluminados por Cristo.

A Constituição “*Sacrosanctum Concilium*” disse tudo nestas simples afirmações: o fim da Liturgia é a glória de Deus e a Santificação dos fiéis.

## 2. A música para a liturgia na história da Igreja do Ocidente

Sabemos que as primeiras comunidades cristãs se desenvolveram a partir da sinagoga. Aceitaram, por isso, com a maior naturalidade, não só o Livro dos Salmos como o seu Livro de orações interpretado cristologicamente, como a maneira de os cantar nas “liturgias” das sinagogas. Também, com naturalidade, ao lado e a par da oração tradicional (os Salmos), foram aparecendo novas composições a que chamamos hinos: uns de inspiração vetero-testamentária (*Benedictus* e *Magnificat*) e outros, um pouco mais tarde, de inspiração cristológica: Prólogo de S. João, hinos a Cristo (S. Paulo aos Filipenses 2,6-11, Cântico a Cristo na 1ª a Timóteo 3,16). Na sua 1ª carta aos Coríntios, S. Paulo faz uma referência muito interessante à liturgia primitiva cristã: “Quando vos reunis, e cada um tem um hino a cantar, um ensinamento a proferir, uma revelação ou discurso em línguas ou uma interpretação, que tudo isso se faça de modo a edificar. Também sabemos, através de um escritor romano de nome Plínio (sec. II) que estava encarregado de informar o imperador da liturgia dos cristãos, que ao núcleo desta pertencia o canto como glorificação da divindade de Cristo.

Era natural e compreensível que a dinâmica viva, efervescente e militante, no Espírito criador, das primeiras comunidades cristãs provocasse a composição de novos textos e novas melodias. Obviamente, vai impor-se a necessidade de um discernimento dos espíritos. Tanto mais que, enquanto as comunidades cristãs, com o passar do tempo, se iam afastando daquela marca histórica semítica, a cultura grega, mais o seu gnosticismo mítico, ia-se aproximando

delas. O risco e o perigo aparecem com rosto definido. A civilização grega tinha a sua poesia e a sua música. Os cristãos estavam, agora, confrontados com novos dados e, portanto, ameaçados de serem apanhados pela gnose, através desses novos hinos e nova música, o que os conduziria a uma mística universalista muito distante da cristã. Estamos a falar do grave risco de uma desagregação do Cristianismo, a partir de dentro. A música, é preciso sabê-lo, desde sempre, tem a capacidade de unir e de dispersar e dividir. Ontem, como hoje.

Andam, por aí, umas músicas nas liturgias, com uns textos e umas melodias, sem núcleo de fé explícita, antes epidérmicas e sentimentais, sem a marca positiva de as vidas serem, não para si próprias, mas para o Amor Trinitário, as quais mais contribuem para a desagregação da fé, a partir de dentro, do que para a sua construção. Devem cantar-se a fé do Evangelho e do Credo, não as impressões imprecisas de um certo religiosíssimo estéril, porque sem marca nem referência sólida. Um canto na liturgia é sempre uma profissão de fé que compromete para a vida vivida em Cristo morto e ressuscitado que, desse modo, inaugurou a nova Aliança.

Pois aquela foi a situação da Igreja, pelos finais de séc. III. A Igreja teve de intervir. O cânone 19 do Concílio de Laodiceia (364 depois de Cristo) proíbe o uso das composições privadas de textos e de músicas na liturgia. E mais. O cânone 51 condiciona a própria participação dos intervenientes no canto da liturgia. Os Salmos só poderiam ser cantados pelo Coro dos Salmistas; “os outros não devem cantar na Liturgia” Esta foi, claramente, uma intervenção radical. Com ela, perderam-se muitas composições de

textos e de melodias. Mas foi uma perda por causa de um bem maior: a identidade da fé cristã alicerçada na Bíblia e a preservação do rosto histórico de Jesus Cristo.

A Igreja, nas suas sábias, oportunas e fundamentadas intervenções, está a anunciar o porquê da música na liturgia.

Os Padres da Igreja, no seu conjunto, referem-se ao canto dos salmos na liturgia e na vida normal dos cristãos, com uma impressionante riqueza de linguagem, quer do ponto de vista teológico, quer do ponto de vista literário, recorrendo, muitas vezes, a figuras da linguagem. Ouçamos S. Ambrósio de Milão: “Que há de mais agradável que um Salmo?... Na verdade, o salmo é a bênção do povo (no sentido de bendizer), o louvor de Deus, o hino dos fiéis, o aplauso da assembleia, a palavra da multidão, a voz da Igreja, a exultante confissão da fé, a expressão da autêntica piedade, a alegria da liberdade, o clamor do júbilo, a exultação da alegria. Ele acalma a ira, afasta a ansiedade, alivia a tristeza. É arma durante a noite, ensino durante o dia; é escudo no temor, festa na santidade, imagem de tranquilidade, penhor da paz e da concórdia, que, à semelhança da cítara, com vozes diversas e distintas, exprime uma única canção. Ao nascer do dia, exulta o salmo; ressoa o salmo, ao cair da noite”. “A história ensina, a lei instrói, a profecia anuncia, a advertência corrige, a moralidade persuade; mas o Livro dos Salmos, como síntese de tudo isto, é medicina geral da salvação” “Que é o Salmo senão aquele órgão de virtudes com que o venerável profeta, ao ritmo inspirado pelo Espírito Santo, fez ressoar na terra a beleza da harmonia celeste? “. Ouçamos S. João Crisóstomo: “Não vás pensar que entraste aqui para dizeres palavras, mas antes para que, quando respondes ao

salmo, compreendas que ficas ligado por este refrão. Quando cantas: como o veado anseia pelas águas vivas, assim minha alma anseia por Vós, Senhor, fazes um pacto com Deus. Assinas um recibo, sem papel nem tinta; confessas com a tua voz que O amas acima de tudo, que não pões nada antes d'Ele e que ardes de amor por Ele. Se fores pobre, se fores muito pobre para comprares livros, ou então se tiveres livros, mas não tiveres tempo para te dedicar à leitura, fixa, ao menos, com muito cuidado, os refrões que cantaste não apenas uma vez, nem duas, nem três, mas muitas vezes, e encontrarás neles grande consolação. Nem a idade, nem a juventude, nem a rudeza da voz, nem a ignorância absoluta do solfejo podem obstar à sua execução” (Homilia sobre o Salmo 41). E sobre a música na liturgia: “Oh dons maravilhosos de Cristo! Nos Céus os coros dos Anjos cantam a glória de Deus; na terra os homens também formam coros nas igrejas e, à semelhança dos Anjos, cantam os mesmos cânticos de celeste louvor. Nos Céus, os Querubins cantam o hino do Triságion; na terra, a multidão dos homens responde-lhe. Deste modo encontram-se a sinaxe festiva do Céu e a da terra: uma só Eucaristia, uma só execução, um só coro onde todos são unânimes na alegria”. (Homilia sobre Isaías)

Entre os Padres da Igreja, S. Agostinho ocupa, entretanto, um destacado lugar, no campo da música para a liturgia, quando, para além do muito que escreveu sobre ela, a inseriu na música cósmica. Os cientistas gregos, nomeadamente, Pitágoras, construíram uma teoria musical, a partir da matemática, a ciência das ciências, isto é, a partir dos números, por outras palavras, a partir da Ordem. O Universo está organizado, segundo

uma ordem impressionante: a palavra cosmos significa ordem. Segundo essa teoria, a ordem matemática do Universo é idêntica à natureza do belo: a beleza emerge da ordem interna das coisas. Esta beleza mais do que de natureza óptica, é de natureza musical. Conferir a teoria das cordas. Goethe refere-se a um concurso de canto das esferas celestes, isto é, à ordem matemática dos planetas em cujo movimento há um som escondido que é a origem da música.

Continuando a apresentar a teoria musical dos gregos, os movimentos dos planetas são melodias, a ordem e relação dos números são o ritmo, as rotações dos planetas, uns com os outros, são a harmonia. Tudo acontece, segundo regras inscritas no universo: a beleza da música é fruto dessas leis ordenadas e articuladas. A música humana é tanto mais bela, quanto mais for espelho dessa música do Universo.

S. Agostinho aceitou esta teoria, aprofundou-a e perspectivou-a, à luz da fé.

1. Já os Pitagóricos tinham entendido a matemática como algo que não era puramente abstracto. Segundo os antigos, as acções inteligentes pressupõem uma inteligência que as causa. Os movimentos matemáticos-inteligentes dos astros não eram considerados mecânicos e só poderiam ser entendidos, no pressuposto de que são animados, de que têm vida. Assentes sobre esta constatação, fácil se torna para os cristãos passarem das divindades dos astros e planetas para os coros dos Anjos que, com o seu louvor, envolvem a Deus e “iluminam” o universo com as suas funções. A percepção da música cósmica dá lugar à escuta do canto dos Anjos e assim se entende o cap. VI, 1-4 de Isaías e o cap. II, 14 de S. Lucas.



2. A matemática não procede de si mesma, nem é possível entendê-la ou aceitá-la a partir da divindade dos planetas. Então onde está o princípio de Tudo? A fé responde: essa matemática, essa ordem procede do *LOGOS* no Qual estão contidos todos os fundamentos originários da ordem do Universo que Ele infunde na matéria, graças ao Espírito. Por causa desta função criativa, o *Logos* é declarado como *Ars Dei*, como arte de Deus. O *Logos* é o grande Artista no Qual todas as obras de Arte, com maiúscula – a Beleza do Universo – encontram a sua origem, a sua fonte e, portanto, a sua explicação. Participar no canto do Universo significa ir nas pegadas do *Logos* e aproximar-se d’Ele. Toda a obra de arte é aproximação ao Artista, a Cristo, no Espírito Santo.

Um extraordinário contributo de S. Agostinho que serviu de referência incontornável para outros pensadores posteriores. A música para a liturgia integra a música cósmica. Já os Salmos assim se exprimem, dentro dessa perspectiva por via intuitiva, diríamos nós. Mas era o Espírito Santo, a inspirá-los.

O apogeu do Canto Gregoriano acontece entre os séculos sexto e oitavo. S. Gregório Magno e S. Bento têm um papel importantíssimo no seu desenvolvimento e na sua ascensão litúrgica e estético-musical. A sua pureza e elevação espirituais, a exemplaríssima relação: texto sagrado-música nele atingida, ficarão a ser a referência indispensável e incontornável para todas as criações e interpretações futuras da música para a liturgia.

A partir dos finais da alta Idade Média e por toda a baixa Meia-idade, a Polifonia desenvolve-se e afirma-se. Os instrumentos, entretanto, voltam à liturgia, e com razão, pois a Igreja, que continuou a sinagoga, vai assumindo a realidade do

Templo representada na Páscoa de Cristo.

Mas novos ventos pairam sobre a sociedade de então. A liberdade artística aparece e vai exigindo direitos, mesmo dentro da liturgia. Na música secular e na música para a liturgia respiram-se, agora, os ares do Renascimento. Aparecem as Missas-Paródia caracterizadas pela colocação dos textos da missa sob melodias vindas do mundo secular. Assim, a música de uma missa fazia lembrar uma canção secular eventualmente executada em ambientes muito distantes dos da liturgia. Eis uma situação nova que coloca sérios problemas à liturgia, porque a sua música começa a não decorrer nem da oração, nem dos textos sagrados. A autonomia do artista e da criação musical levam a liturgia a afastar-se da sua essência: a glória de Deus e a santificação dos fiéis

O Concílio de Trento vai intervir, fundamentalmente, em dois pontos: a música deve proceder da palavra, a qual deve ser totalmente inteligível para os ouvidos de todos, como texto o qual, pela mesma razão, não pode ser ensombrado pelos artificios do compositor. Por outro lado, e ainda, pelo mesmo motivo, o uso dos instrumentos deve ser restringido ao mínimo. Estavam assim estabelecidas, para o próximo futuro, as características da música para a liturgia, assim como as diferenças entre a música para a liturgia e a música secular. Nas Suas sábias, oportunas e fundamentadas intervenções, a Igreja está a anunciar o porquê da música na liturgia.

Há, a nosso ver, nesta caminhada da caracterização da música para a liturgia, através da história, uma situação muito interessante que nos pode obrigar a parar para reflectir um pouco. Queremos referir-nos à criação musical e à eloquência estética e sagrada do período barroco.

Neste período, constatamos uma sábia, surpreendente e assombrosa fusão da música secular e da música para a liturgia. Esta fusão corresponde, quanto a nós, ao total esplendor da música que atingiu o ponto alto da cultura, ao serviço da glória de Deus e da comoção espiritual dos crentes. Ouçamos Bach e mesmo Mozart. Nos dois casos, experimentamos, de modo sublime, o que significa a gloria Dei, o homem a dar glória a Deus, a presença da música cósmica e o que é unir o presente, ao passado e ao futuro. Com essa música, somos transportados para o mistério da Beleza infinita, de forma, porventura, mais verdadeira e viva do que através de muitas homilias. Esta aparição foi, entretanto, passageira.

O virtuosismo espregueia e, com ele, a maior parte das vezes, a vaidade da própria habilidade e capacidade, virtudes do interveniente (compositor ou intérprete) que já não são postas ao serviço do todo, mas chamam para si a atenção toda. É que, na música para a liturgia, terá de procurar-se a via que remete à Beleza do Criador, à coerência com a obra (Ars) do Logos presente na liturgia. A perspectiva da cosmicidade e o sentido da transcendência e do envolvimento trinitário na música para a liturgia vão permanecendo, com algumas variações (em Schütz, música religiosa francesa, em Haydn, sobretudo), até à aurora da Revolução Francesa que aconteceu, em 1789. Daqui para diante, vai parecer ao mundo ocidental que a Metafísica está ultrapassada

Pensadores conhecidos e influentes apresentam reflexões sobre o que é estar no mundo. Elas irão marcar, profundamente, a filosofia, a criação artística, a aceitação da Igreja no mundo e até as relações entre indivíduos, povos e nações.

Hegel (1770) tentou interpretar a música com expressão do sujeito e da subjectividade, embora defenda que o pensamento fundamental da razão respeita o todo. Entretanto, Schopenhauer (1788-1860), profundamente marcado pela filosofia e mística hindu defende que a vontade precede a razão. A música, segundo ele, constitui a primeira expressão do ser humano que provem da vontade, a qual é anterior à razão. Deste modo, a música não pode ficar sujeita à palavra, a não ser em algumas exceções e, vice-versa, a palavra é que deve sujeitar-se à música. A música porque procede da vontade arrasta-nos atrás de si e conduz-nos até ao real concreto. Em conformidade com tais trampolins de ordem filosófica, Goethe, no seu primeiro Fausto, reformula, deste modo, as palavras iniciais do Prólogo de S. João. A tradução é do poeta português António Feliciano de Castilho:

“No princípio era o Verbo. É esta a letra;  
Aqui está... No sentido é que a razão tropeça.  
Como hei-de progredir? Há quem tal aclare?  
O Verbo! Mas o Verbo é coisa inacessível.  
Se apurar a razão, talvez se me depare  
Para o lugar do Verbo um Termo inteligível...

Posto isto: No princípio era o Senso... Cautela  
Nessa primeira linha; às vezes se atropela  
A verdade e a razão co a rapidez da pena;  
Pois o Senso faz tudo, e tudo cria e ordena?...  
É melhor, No princípio era a potência... Nada!  
Contra isto que pus interna voz me brada.  
(sempre a almejar por luz, e sempre escuridão!)  
...Agora é que atinei: No princípio era a acção.

Tal forma de pensar expande-se pelo século XX até aos nossos dias, corre como um rio e que desagua em algo que para a liturgia e para a música na liturgia terá consequências desastrosas, diabólicas. A Ortodoxia é substituída pela Ortopraxia. ou Ortopraxis. Isto quer dizer: a fé, a adoração, a glorificação de Deus não têm

expressão comunitária. Comunitário tem de ser a praxe, o fazer, o realizar. Ora esta situação, com a radicalização do subjectivismo provoca o aparecimento do Desconstrutivismo: uma teoria anárquica da Arte. É óbvio que estas predisposições psicológicas que atingem a ordem estética desestabilizam muitos dos que trabalham na área da música para a liturgia, quer a nível de composição, de textos ou de músicas, quer a nível de executantes, quer a nível de escolha de reportórios ou, mesmo de ensino. Mas outro perigo espreita, se é que não está já no terreno. Há um renascimento da gnose parecida com a do século III. Esta talvez seja o mais árduo desafio à espiritualidade e à pastoral da Igreja. A gnose permite conservar os termos e os gestos religiosos, o cheiro a religião, sem conservar a fé. Nela há a nostalgia da beleza da religião, nela está a fadiga do coração a qual suga a força da fé.

Estamos a referir-nos a um desafio tremendo que o mundo coloca à nossa Igreja, nos nossos tempos. Também no campo da Liturgia e da Música para a liturgia. Parece que Jesus está no barco, a dormir. Mas Ele é o vencedor. Ele acordará, em nós, quando nos decidirmos a navegar nas águas dos ensinamentos do Concílio Vaticano II, o qual, como os concílios de Laodiceia e de Trento, lançou, sob a assistência do Espírito Santo, contributos suculentos que devemos fazer nossos, uma vez por todas.

Por exemplo: o fim da Liturgia e da Música para a liturgia são a glória de Deus e santificação dos fiéis. Por exemplo: a liturgia terrestre e a sua música devem ser espelho da liturgia celeste. Para quê ir à Igreja se é para ficar na mesma miséria? Pergunta o Cardeal Ratzinger? A liturgia, como a própria fé, deve fazer-nos entrar na realidade daquilo que esperamos, na vida eterna já iniciada. A Igreja deve manifestar esse belo, deve assumir-se com chama do belo e não pode fazê-lo de modo banal. Por exemplo a Constituição sobre a Sagrada Liturgia insiste muito na relação estreita entre o rito e a palavra. Muito há a fazer neste ponto que tanto tem a ver com a música para a liturgia. É que podemos, por mais estranho que pareça, correr o risco de falar em palavra, sem o suporte do Logos, do Verbo, e de falar em ritos, sem o suporte da Criação, do Cosmos, obra do Logos.

Nos capítulos sobre a música para as liturgias, as boas consequências das disposições dos Concílios de Laodiceia e de Trento sobre esse assunto, levaram séculos a aparecer. As boas consequências do Vaticano II seguirão, de certo, um ritmo idêntico. Nós, geração actual, estamos a começar.

Mas... Não Temais. Eu venci o Mundo.

*ANTÓNIO FERREIRA DOS SANTOS*



**CATEQUESES  
PARA  
A CONFIRMAÇÃO  
E A EUCARISTIA**

## MEMÓRIAS EM VERSO

### Música cósmica

Já Pitágoras dizia  
que as estrelas noite e dia  
cantavam músicas belas,  
e dançavam as esferas  
ao som delas.

Tudo o que há no universo  
emite som de fremir  
que só podemos ouvir  
não com os nossos ouvidos  
mas só quando o coração  
sente a sua vibração  
p'ra além dos cinco sentidos.

Só no silêncio interior  
é que podemos ouvir  
a música das esferas  
em aliança de amor,  
qual movimento infinito  
num oásis de descanso.

É um novo despertar  
em Deus a quem procuramos  
e uma ocasião de graça  
que vem quando não esperamos:

universal comunhão  
e relação na diferença  
sem busca de recompensa,  
harmonia dos contrários,  
unificação do diverso,  
acordo dos discordantes,  
junção do que anda disperso.  
Música, ritmo, oração:  
é sopro do universo.

### Porquê cantar?

É muito atractivo o canto  
para a nossa natureza:  
seca o choro, cala o pranto,  
enche a alma de beleza.

O canto faz amizade  
e convoca o desavindo,  
converte o mundo à verdade  
atrai os que vão fugindo.

A melodia é o mel  
que Deus juntou ao remédio;  
torna doce o próprio fel  
e afasta p'ra longe o tédio.

No nosso peregrinar  
trilhamos caminho agreste  
mas a assembleia a cantar  
já vive a glória celeste.

O canto faz sintonia  
com nosso eu mais profundo,  
e congrega em harmonia,  
os homens de todo o mundo.

Canta bem aquele que canta  
com a voz e o coração,  
com a vida, com as obras  
de amor e libertação.

Pois se vós não praticais  
o que ides a anunciar,  
também não saboreais  
a verdade do cantar.

A nossa vida cristã  
é sempre um dia de festa:  
cantamos pela manhã  
cantamos a Hora Sexta.

Vésperas ao fim do dia  
e Completas ao deitar;  
e, cantada a salmodia,  
já podemos descansar.

No campo também cantamos  
hinos, cantos de louvor  
e enquanto caminhamos  
bendizemos o Senhor!

Cristo é regente à altura  
da orquestra deste mundo;  
nós somos a partitura  
do seu amor mais profundo

Cada qual é uma nota,  
por vezes bem dissonante,  
mas o sabor da derrota  
torna o homem confiante.

Dissonantes p'lo pecado,  
convidados à harmonia,  
somos no Ressuscitado  
requintada sinfonia.

As pessoas serão muitas,  
mas é uma a melodia;  
vozes diversas mas juntas  
tornam bela a liturgia.

Aos meninos de dois palmos  
também se pode ensinar  
que a tradição viu nos salmos  
a voz de Cristo a cantar.

Jesus Cristo é o cantor  
do Pai bondoso e clemente,  
que une num só louvor  
as vozes de toda a gente.

E na pátria gloriosa,  
Celeste Jerusalém,  
cantam o Esposo e a Esposa  
para todo o sempre. Amen



## O canto litúrgico

Unida ao tempo e ao espaço  
a música é com certeza  
para quem lhe segue o traço  
fiel expressão da beleza

Tem poder de alcançar  
o coração confiado  
p’ra o levar a penetrar  
no mistério celebrado.

Na composição do canto  
há texto, há poesia;  
se a música tem encanto,  
a letra tem primazia.

Do alto vos abençoo,  
vertentes do mesmo monte:  
sois asas do mesmo voo,  
sois águas da mesma fonte.

Ver só a beleza estética  
não pode ser bom critério;  
improvisação eclética  
não condiz com o mistério.

Participação activa,  
consciente, frutuosa  
torna a assembleia mais viva  
e cada vez mais formosa.

Cuidado com o volume  
das vozes e instrumentos.  
A tendência do costume  
é cada vez mais aumentos.

Cantores, instrumentistas  
exercem um ministério;  
não devem ser só artistas  
mas mergulhar no mistério.

## “Dicas” para os ministros da música

O padre é o presidente  
de cada celebração;  
fala com ele, é urgente!,  
e não sejas resmungão.

A sua interpretação  
é bem “levada da breca”?  
Não lhe faças objecção:  
quem obedece não peca.

E se tens conhecimento  
e julgas que tens razão,  
poderás noutro momento  
propor tua opinião.

Nunca chames a atenção  
para ti ou para os teus,  
porque na celebração  
o centro é o próprio Deus.

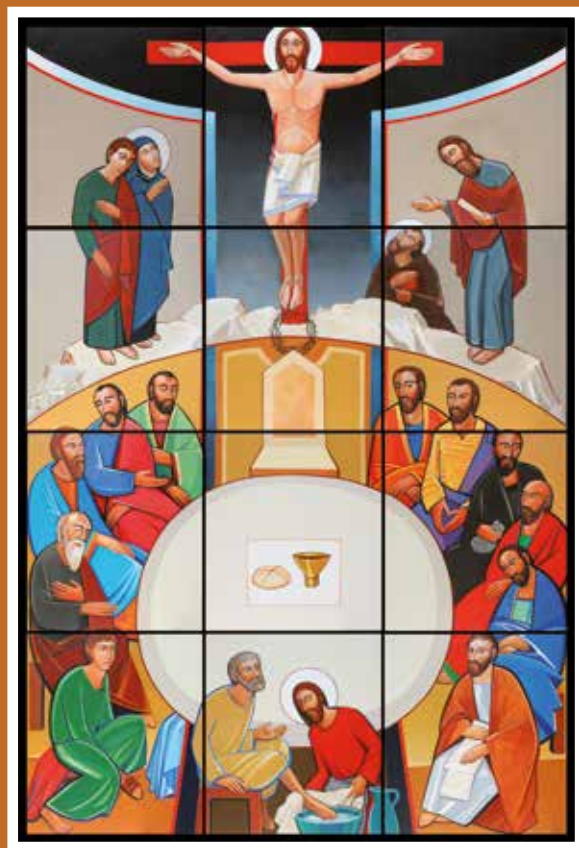
Se perturbas a atenção  
das pessoas, fazes mal.  
Cuidado na execução  
de voz ou instrumental.

Nem sinais para a assembleia  
nem conversas lá no coro;  
os outros não são plateia:  
deves agir com decoro.

Não uses na tua roupa  
uma côr forte ou estampada.  
Se a atenção já era pouca  
agora é que não é nada

Se não têm mangas as roupas  
ou são mesmo decotadas,  
dizem alguns que assim poupas;  
outros dizem: estão rasgadas.

*LUÍS RIBEIRO LUÍS RIBEIRO*



# AGENDA

## DIRECTÓRIO LITÚRGICO

### 2011

## O RITUAL DA INICIAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS<sup>1</sup>

A iniciação cristã, actualmente, apresenta duas configurações distintas: uma para adultos, outra para as crianças. Um adulto faz toda uma caminhada catecumenal, no fim da qual celebra conjuntamente os três sacramentos da iniciação cristã. Todo este itinerário está determinado em livro litúrgico próprio: o Ritual da *Iniciação Cristã de Adultos* (doravante, RICA). Quando se é baptizado em tenra idade, o itinerário é diferente: uma vez que a caminhada catequética e catecumenal não se fizeram antes, têm lugar depois do Baptismo. Nessa situação, é o itinerário catequético e sacramental que se desenvolve na infância e adolescência que permite a realização completa desta iniciação. Assim, “por sua própria natureza, o baptismo das crianças exige um catecumenado pós-

-baptismal”, diz o *Catecismo da Igreja Católica* (n.º 1231). E continua: “Não se trata apenas da necessidade de uma instrução posterior ao Baptismo, mas do desenvolvimento necessário da graça baptismal no crescimento da pessoa”, porque a catequese de iniciação, o catecumenado, é parte integrante dos próprios sacramentos de iniciação<sup>2</sup>.

Na Mensagem ao Povo de Deus, do Sínodo sobre a catequese (1977), os Padres sinodais afirmaram: “o modelo de toda a catequese é o catecumenado baptismal, que é formação específica, mediante a qual o adulto, convertido à fé, é conduzido à confissão de fé baptismal durante a Vigília Pascal” (n.º 8). Por este motivo, é importante conhecer o itinerário catecumenal, modelo típico e normativo de toda a catequese.

Estas linhas não pretendem senão apresentar o RICA e a actual configuração da iniciação cristã. E porque são cada vez mais frequentes as situações de crianças que se apresentam para a catequese, sem terem sido baptizadas, dedicar-se-á uma especial atenção ao capítulo V,



<sup>1</sup> Esta apresentação do RICA foi preparada para o Encontro Inter-Diocesano de Catequistas (Fátima, 13 de Fevereiro de 2010). Conserva, por isso, algum do seu carácter de exposição oral. Também por isso, as referências bibliográficas foram reduzidas ao mínimo e, sempre que foi possível, evitaram-se as notas de rodapé.

<sup>2</sup> Cf. J. RATZINGER, *Teoría de los principios teológicos*, Herder, Barcelona 1986, 40.

que se ocupa desta situação intermédia, entre a iniciação cristã dos adultos e das crianças.

## 1. A história recente do RICA

Nas sociedades ditas “cristãs”, em regime de cristandade, o baptismo de adultos tornou-se uma excepção. Assim permaneceu durante séculos, nas nossas sociedades, e é como excepção que continua a ser visto hoje. Foi sobretudo nos países de missão que, a partir dos séculos XVI e XVII, se começou a sentir a necessidade de uma iniciação cristã que não se limitasse à celebração do rito do Baptismo. Foi, contudo, o século XX que assistiu ao intensificar dos pedidos para que a Igreja pensasse seriamente na situação dos adultos que pediam o Baptismo, não apenas nas terras de missão, mas igualmente nas antigas regiões de cristandade da Europa. A França foi o primeiro país europeu a trabalhar neste sentido e, em 1959, foi-lhe concedida a autorização, à experiência, para celebrar a iniciação cristã dos adultos num percurso em diversas etapas.

Imediatamente antes da abertura do Concílio Vaticano II, a Congregação para o Culto Divino publicou um novo ritual para o baptismo de adultos (1962). Já antes, em 1959, na fase preparatória do Concílio, tinham sido pedidas sugestões aos bispos de todo o mundo sobre os assuntos a tratar no Concílio e foram numerosos os bispos que apresentaram a questão da iniciação cristã dos adultos. É neste contexto que os Padres conciliares vão determinar a restauração do catecumenado e ordenar a reforma do ritual do Baptismo dos adultos. Diz a *Sacrosanctum Concilium*, a Constituição do Vaticano II sobre a Liturgia e primeiro documento do Concílio:

“Restaure-se o catecumenado dos adultos, com vários graus, a praticar segundo o critério do Ordinário do lugar, de modo que se possa dar a conveniente instrução a que se destina o catecumenado e santificar este tempo por meio de ritos sagrados que se hão-de celebrar em ocasiões sucessivas” (n. 64).

“Revejam-se tanto o rito simples do Baptismo de adultos, como o mais solene, tendo em conta a restauração do catecumenado” (n. 66).

As consequências desta decisão fazem-se notar posteriormente em vários outros documentos conciliares, com especial destaque para o Decreto *Ad Gentes*, sobre a actividade missionária da Igreja (sobretudo n. 13-14).

Dando cumprimento à determinação conciliar, os trabalhos de revisão do anterior ritual do Baptismo dos adultos começou em 1964. Em 1966 estava elaborado o primeiro esquema completo para a iniciação dos adultos. Com autorização do Papa Paulo VI, esse ritual provisório (que corresponde ao actual capítulo primeiro do RICA) foi usado *ad experimentum* em cerca de 50 países dos vários continentes. No final de 1968 e início de 1969, o grupo de trabalho reuniu-se para analisar os relatórios desses lugares onde se implementara o novo ritual. Completado com as sugestões e observações, o ritual foi finalmente publicado em Janeiro de 1972, com o título *Ordo Initiationis Christianae Adultorum* (OICA).

A edição portuguesa foi publicada 8 anos depois, em 1980, com o título *Iniciação Cristã dos Adultos*. Uma segunda edição – a actual – foi publicada em 1996. Para essa edição foi revista a tradução, reestruturados alguns elementos, para tornar mais prática a utilização do RICA, e o texto foi completado com as normas

e indicações entretanto surgidas em outros livros litúrgicos, em documentos magisteriais e no *Código de Direito Canônico* (1983).

## 2. O título:

### “Iniciação Cristã dos Adultos”

Tertuliano afirmava: “Não nascemos cristãos, mas tornamo-nos cristãos”. A expressão “iniciação cristã” pretende designar esse itinerário que introduz na vida cristã. É Deus, antes de mais, que nos “introduz” na vida cristã, sobretudo pelos sacramentos do Baptismo, Confirmação e Eucaristia. Mas a iniciação cristã supõe também todo um itinerário catequético, de conversão e configuração a Cristo.

Assim, a expressão “iniciação cristã” pode, entender-se em sentido estrito, referindo-se à celebração dos sacramentos do Baptismo, Confirmação e Eucaristia, como sacramentos que fundamentam a existência cristã. Em sentido lato, a expressão “iniciação cristã” designa o conjunto do processo que vai da entrada no catecumenato até à celebração dos três referidos sacramentos e que continua no tempo da mistagogia.

É verdade que os Padres da Igreja usaram a linguagem da iniciação, mas a expressão “iniciação cristã” foi usada pela primeira vez pelo historiador da Igreja Louis Duchesne, em finais do século XIX<sup>3</sup>. Embora este autor afirme que por iniciação cristã se entende o conjunto formado pelos sacramentos do Baptismo, Confirmação e primeira comunhão, no capítulo inclui também o catecumenado.

O movimento litúrgico do século XX divulgará a expressão nesse sentido lato. Mas será o Concílio Vaticano II a consagrar a aceção mais lata da expressão iniciação cristã. O Decreto *Ad Gentes* adopta essa noção de iniciação:

“Aqueles que receberam de Deus por meio da Igreja a fé em Cristo, sejam admitidos ao catecumenado, mediante a celebração de cerimónias litúrgicas; o catecumenado não é mera exposição de dogmas e preceitos, mas uma formação e uma aprendizagem de toda a vida cristã, prolongada de modo conveniente, por cujo meio os discípulos se unem com Cristo seu mestre. [...] Esta iniciação cristã realizada no catecumenado deve ser obra não apenas dos catequistas ou sacerdotes, mas de toda a comunidade dos fiéis, especialmente dos padrinhos, de forma que desde o começo os catecúmenos sintam que pertencem ao Povo de Deus” (n. 14).

O *RICA* adoptou esta concepção conciliar de iniciação cristã. Mais recentemente, também o *Catecismo da Igreja Católica* adoptou a expressão: “Desde o tempo dos Apóstolos que tornar-se cristão é programa que se processa através de um itinerário e de uma iniciação em diversas fases. O itinerário [...] deverá sempre incluir certos elementos essenciais: o anúncio da Palavra, o acolhimento do Evangelho que implica a conversão, a profissão de fé, o Baptismo, a infusão do Espírito Santo, o acesso à comunhão eucarística” (n.º 1229).

Note-se que o termo “catecumenado” também se usa num sentido lato, englobando todo o itinerário da iniciação cristã. Embora num sentido estrito, mais “técnico”, o catecumenado seja um momento no complexo itinerário da iniciação, utiliza-se frequentemente para

<sup>3</sup> L. DUCHESNE, *Origines du culte chrétien. Étude sur la liturgie latine avant Charlemagne*, Paris 1908<sup>4</sup>, 299-348: “Chapitre IX – L’initiation chrétienne”. A primeira edição desta obra é de 1889; a 5ª e última de 1925.

designar todo o processo, sublinhando sobretudo a dimensão catequética desse processo. Por exemplo, no RICA, o Capítulo I tem por título “Ritual do catecumenado em vários degraus”, mas efectivamente trata da iniciação cristã na sua globalidade.

### 3. Apresentação do RICA

O RICA é bem mais que um livro litúrgico! Habitualmente, os livros litúrgicos, depois de uma introdução teológica e pastoral (Preliminares), apresentam apenas os textos para a celebração em causa. Neste caso, a situação é bem diferente: não apenas se apresentam os textos para as celebrações, mas apresenta-se igualmente todo o itinerário catequético que é parte integrante da iniciação cristã. Diz o n. 2 dos Preliminares: “O Ritual não consta só da celebração dos sacramentos do Baptismo, Confirmação e Eucaristia, mas também de todos os ritos do catecumenado”. No fundo, é simultaneamente um livro litúrgico e um directório pastoral.

Este livro litúrgico apresenta, em primeiro lugar, os Preliminares Gerais da Iniciação Cristã, comuns à iniciação cristã quer dos adultos, quer das crianças. Depois, vêm os Preliminares particulares da Iniciação Cristã dos Adultos. Estes Preliminares são sempre uma importante síntese teológico-litúrgica para a compreensão do conjunto do Ritual. Aí se apresenta o sentido e a articulação dos vários elementos do novo ritual: faz-se uma ampla descrição da estrutura da iniciação cristã dos adultos, com os seus diversos tempos e graus (n. 4-40); clarifica-se a importância e função dos vários intervenientes (n. 41-48); referem-se os tempos e os lugares da iniciação (n. 49-63); e apresentam-se as possibilidades

de adaptação, bem como as competências para essas adaptações.

O Capítulo I, o mais extenso, tem por título: “Ritual do catecumenado em vários degraus”. Aí encontramos não só os textos e indicações rituais para as várias celebrações previstas, mas também a configuração catequética de cada tempo ou momento. Neste capítulo apresenta-se a forma normal e normativa da iniciação cristã dos adultos. A iniciação está estruturada em 4 “tempos”: o pré-catecumenado, o catecumenado, o tempo da iluminação e o tempo da mistagogia. A passagem de um a outro momento é sempre assinalada por uma celebração, a que o RICA chama “degraus”, “passos” ou “portas”: o primeiro é o rito da entrada no catecumenato; o segundo é o rito da eleição; e o terceiro é a celebração dos sacramentos da iniciação cristã.

Os capítulos seguintes apresentam outros itinerários de iniciação, que não são senão uma adaptação do modelo apresentado no primeiro capítulo a várias situações especiais. O Capítulo II apresenta um “Ritual simplificado da iniciação dos adultos”. Este rito está pensado para uma única celebração e usa-se em condições excepcionais, “quando não for possível ao candidato percorrer todas as fases da iniciação cristã” ou quando o bispo entende dever baptizar essa pessoa quanto antes (n. 240). Supõe-se que a caminhada catecumenal, mesmo que abreviada, foi feita. Nestas circunstâncias excepcionais pode ainda usar-se este ritual simplificado, enriquecendo-o com alguns elementos do ritual completo, apresentado no primeiro capítulo. De situações extraordinárias trata também o Capítulo III, que apresenta um “Ritual breve da iniciação de um adulto em perigo próximo ou em artigo de morte”. Claro está que se trata de um



ritual ainda mais breve e simplificado que o anterior, pensado para esta situação extrema.

O Capítulo IV apresenta um itinerário e um ritual para a “preparação para a Confirmação e para a Eucaristia dos adultos que, batizados em crianças, não receberam catequese”. Trata-se de uma iniciação inspirada no itinerário catecumenal do Capítulo I, mas mais reduzida e adaptada à situação destes adultos. A situação destes adultos não pode ser equiparada, sem mais, à dos adolescentes que se preparam para a confirmação. Aqui trata-se de adultos que foram batizados em crianças, mas que não frequentaram a catequese, não fizeram a primeira comunhão e não foram confirmados. Quando manifestam o desejo de serem confirmados, é necessário que lhes seja proposto um itinerário de iniciação muito semelhante ao dos catecúmenos. Esse itinerário catequético deve ser “um tempo prolongado” (RICA 296), tal como o dos catecúmenos. Essa caminhada de tipo catecumenal deve necessariamente incluir a instrução, a participação na vida da comunidade cristã, a participação nas celebrações da comunidade. Um momento importante deste itinerário é a celebração de apresentação à comunidade, de que já fazem parte pelo baptismo, e de acolhimento por parte dessa mesma comunidade (RICA 300). Quanto ao momento oportuno para a celebração da Confirmação, diz o *Ritual*: “O vértice de toda a formação será habitualmente a Vigília Pascal [...] Se a Confirmação não puder ser dada na própria Vigília Pascal, por não estar presente o bispo ou um ministro extraordinário da confirmação, seja conferida quanto antes e até, tanto quanto possível, no Tempo Pascal” (RICA 304). Com a celebração da Confirmação

não termina o itinerário catequético: deveriam seguir-se as catequese mistagógicas (RICA 305).

Uma outra situação é a das crianças em idade de catequese que pedem o Baptismo. Embora ainda não possam ser consideradas como adultos, já podem “responder por si”, pelo que se impõe uma celebração diferente da do baptismo dos bebés. Para estas crianças, o *Ritual da Iniciação Cristã dos Adultos* (capítulo V) prevê um itinerário adaptado às suas idades.

O Capítulo VI apresenta “Textos vários para a celebração da iniciação cristã dos adultos”. Por fim, um Apêndice, com um “Rito da admissão na plena comunhão da Igreja Católica de alguém já validamente baptizado”.

#### **4. Estrutura e elementos da iniciação cristã dos adultos**

O RICA apresenta a iniciação como uma grande acção eclesial, na qual os catecúmenos, considerados como grupo, são acompanhados pela comunidade local (cf. RICA 4). Parte-se pois do princípio de que os catecúmenos fazem já parte da Igreja: ainda não plenamente, mas em desejo.

A iniciação cristã não é um acto pontual, mas um processo de despertar da fé, de aprofundamento dessa fé com uma aprendizagem da vida cristã em todas as suas dimensões; um processo no fim do qual o novo crente, pelos sacramentos da iniciação, participa no mistério pascal de Cristo e é plenamente integrado na Igreja. Neste processo, os vários tempos ou etapas destinam-se a proporcionar ao candidato uma autêntica e progressiva experiência de fé e a ajudá-lo a responder ao chamamento de Deus. Entre uma

etapa e outra, há “ritos de passagem”: os “degraus”. Estes degraus, constituídos por celebrações, introduzem na etapa ou tempo seguinte (Cf. RICA 6-7).

O itinerário apresentado não pretende ser imposto a todos indistintamente: “O Ritual da iniciação acomoda-se ao caminho espiritual dos adultos, caminho diferente consoante a multiforme graça de Deus, a livre cooperação de cada qual, a acção da Igreja e as condições de tempo e de lugar” (RICA 5).

A descrição completa deste itinerário ocupa o longo capítulo I (RICA 68-239), mas tem de ser completado com as indicações presentes nos Preliminares.

### **1ª etapa: tempo do pré-catecumenado**

O Capítulo I começa com o rito de entrada no catecumenado. Porém, nos *Preliminares* apresenta-se como primeiro tempo ou etapa o Pré-Catecumenado: “O primeiro tempo, que da parte do catecúmeno exige uma procura, é destinado à evangelização por parte da Igreja e ao «précatecumenado», e conclui-se pela entrada na «ordem dos catecúmenos»” (RICA 7).

O pré-catecumenado destina-se à evangelização, ao anúncio evangélico, “a fim de que amadureça com sinceridade o desejo de seguir a Cristo e de pedir o Baptismo” (RICA 10). Recomenda-se à comunidade cristã um “particular desvelo” para com estes simpatizantes, acompanhando-os e incentivando-os na sua busca. Esta etapa compromete a comunidade na sua acção e capacidade missionária, nomeadamente através do testemunho de vida cristã comunitária e pessoal. A comunidade, através dos seus pastores e catequistas, deverá fazer um explícito anúncio do Evangelho e

proporcionar aos simpatizantes uma apresentação do essencial da fé cristã. A comunidade cristã é ainda convidada a acompanhar estes simpatizantes com a sua oração.

Todo este período se destina a fazer crescer a fé inicial e uma primeira conversão. Por este motivo, este tempo não tem uma duração estabelecida: dependerá sempre da caminhada de fé de cada um.

No início desta fase pode prever-se, sem qualquer formalidade, um gesto de acolhimento dos “simpatizantes” ou “pré-catecúmenos” por parte da comunidade, para que se sintam acolhidos com amizade (RICA 12). Mas este acolhimento não deve fazer-se na assembleia litúrgica nem através de uma celebração. A celebração pressupõe já alguma caminhada de fé; doutro modo, os símbolos serão mudos e vazios e as palavras estranhas.

### **1º degrau: Rito de admissão dos catecúmenos**

Aqueles que, depois do período de pré-catecumenado, manifestam vontade de adesão pessoal a Jesus Cristo e pedem para ser baptizados, são admitidos entre o número dos catecúmenos. “Pressupõe-se, portanto, realizada a primeira «evangelização», o começo da conversão e da fé e do sentido da Igreja” (RICA 68). Isso supõe um primeiro discernimento das motivações e recta intenção por parte dos pastores da comunidade, dos catequistas e dos “garantes”. Esta passagem do pré-catecumenado para o catecumenado faz-se através de uma celebração: o rito de admissão ao catecumenado (1º degrau). O RICA considera que “é da maior importância o rito da «admissão dos catecúmenos», porque, nesta altura, os candidatos, reunidos pela primeira vez em público, manifestam à Igreja a sua

vontade, e a Igreja, desempenhando o seu múnus apostólico, admite aqueles que querem tornar-se seus membros” (RICA 14).

A celebração começa com a recepção e acolhimento do candidato, que pede para ser admitido como catecúmeno. O candidato a catecúmeno recebe a signação na fronte e nos sentidos. Segue-se a liturgia da Palavra, no decurso da qual o catecúmeno recebe o texto dos Evangelhos. A entrega dos Evangelhos àqueles que foram acolhidos na comunidade cristã como catecúmenos (RICA 93) é símbolo da sua adesão a Jesus Cristo e da sua determinação em viver de acordo com a sua vontade.

Nesta celebração é desejável a presença de toda a comunidade ou ao menos alguma parte dela, amigos e parentes, catequistas e sacerdotes (RICA 70). Devem estar também presentes os “garantes” que trouxeram os candidatos e agora os apresentam à Igreja (RICA 71).

“A partir deste momento, os catecúmenos, que a Mãe Igreja agora trata como seus com todo o amor e carinho e que a ela ficam ligados, passam a fazer parte da casa de Cristo: da Igreja recebem o alimento da Palavra de Deus e os auxílios da liturgia” (RICA 18).

## **2ª etapa: tempo do catecumenado**

“O segundo tempo, que começa com esta entrada na ordem dos catecúmenos, e pode durar vários anos, é consagrado à catequese e aos ritos a ela anexos, e termina no dia da eleição” (RICA 7). Tempo de aprofundamento da fé e de progressão na conversão, o catecumenado vai desta solene admissão até ao rito da eleição. O que caracteriza esta etapa é a formação

orgânica e integral. A sua duração deverá ser prolongada: “O catecumenado [...] deverá prolongar-se o tempo necessário para que a sua conversão e a sua fé possam adquirir a conveniente maturidade e até, se for necessário, por vários anos. Com efeito, através da instrução e da aprendizagem da vida cristã durante um período suficientemente prolongado, os catecúmenos são iniciados nos mistérios da salvação, na prática dos costumes evangélicos e nos ritos sagrados que a seu tempo se hão-de celebrar e são introduzidos na vida de fé, na vida litúrgica e na vida de caridade do povo de Deus.” (RICA 98). “A duração do catecumenado depende quer da graça de Deus, quer de várias circunstâncias [...] Nada se pode estabelecer «a priori»” (RICA 20).

O catecumenado é, por excelência, tempo da catequese; uma catequese progressiva e integral da doutrina cristã. O *Directório Geral da Catequese* (n. 67) caracteriza da seguinte forma esta catequese catecumenal:

- é uma formação orgânica e sistemática da fé;
- é uma formação que é mais que ensino, pois significa uma aprendizagem de toda a vida cristã;
- é ainda uma formação de base, essencial, centrada naquilo que constitui o núcleo da experiência cristã.

Na Igreja dos primeiros séculos, como nos nossos dias, esta catequese catecumenal apoia-se sobre os chamados “4 pilares”: o Credo (os conteúdos fundamentais da fé), os Sacramentos (as celebrações fundamentais da vida cristã), o Pai Nosso (a oração) e os mandamentos (o agir cristão). Esta catequese deverá conduzir o catecúmeno ao exercício diário da vida cristã e ao testemunho, como

deverá igualmente “iniciar” o catecúmeno na experiência litúrgica, celebrativa, da Igreja (cf. RICA 19).

A nível celebrativo, estão previstas, para o catecumenado, celebrações da Palavra, exorcismos menores e bênçãos (RICA 100-102). Podem ainda antecipar-se algumas celebrações previstas para a etapa posterior, se tal for considerado oportuno (RICA 103).

Mais uma vez, o Ritual sublinha a conveniência de envolver toda a comunidade, convidada a acompanhar os catecúmenos. Nesse sentido, recomenda-se que, algumas vezes no ano, se reúna, “para algumas celebrações do catecumenado e também para os ritos de transição, toda a comunidade que toma parte na iniciação dos catecúmenos, a saber, os presbíteros, diáconos, catequistas, garantes e padrinhos, amigos e parentes” (RICA 105).

A história está cheia de ironias. Na Antiguidade, quando já só se baptizavam crianças, a catequese foi o primeiro elemento do complexo processo da iniciação cristã que caiu em desuso, por motivos óbvios: tornara-se inútil, uma vez que se tratava da iniciação de bebés. Actualmente, com a restauração do catecumenado, inverteu-se a situação: em muitos lugares, o catecumenado limita-se à catequese, muitas vezes entendida como mero ensino dos conteúdos da fé, ignorando completamente as celebrações previstas, ou limitando-as aos “degraus”, as celebrações que fazem a passagem de um a outro tempo ou etapa. Este tipo de opção é problemático, não só porque não permite essa iniciação integral, que tem na dimensão celebrativa um dos seus elementos constitutivos, como priva a comunidade dos momentos de encontro e contacto com os catecúmenos.

## **2º degrau: rito da eleição ou da inscrição do nome**

Com a celebração da «eleição» encerra-se o catecumenado “propriamente dito” (RICA 134). Isto supõe que o catecúmeno tenha feito uma real progressão na fé e na vivência cristã e que tenha manifestado “a vontade deliberada de receber os sacramentos da Igreja” (RICA 134). Ora, isto exige o discernimento quer por parte dos pastores, quer dos catequistas. O RICA insiste sobre a seriedade com que este discernimento deve ser conduzido (RICA 137).

“Neste degrau é feita pela Igreja a «eleição» ou escolha e a admissão daqueles catecúmenos que, pelas suas disposições, são idóneos para tomarem parte nos sacramentos da iniciação” (RICA 22). A eleição “é o momento decisivo de todo o catecumenado” (RICA 23). A partir deste momento os catecúmenos passam a ser designados como “eleitos”, “competentes” ou “iluminandos”:

“A partir do dia da sua «eleição» e admissão, os catecúmenos passam a ser designados pelo nome de «eleitos». Também se dizem «competentes», porque caminham em conjunto para receberem os sacramentos de Cristo e o dom do Espírito Santo. Chamam-se também «iluminandos», porque o próprio Baptismo se chama «iluminação» e porque por ele os neófitos são iluminados pela luz da fé. Contudo, em nossos dias, podem usar-se também outros termos...” (RICA 24)

O momento próprio para a celebração deste rito é o início da Quaresma (RICA 133), de preferência no primeiro Domingo da Quaresma (RICA 139). O rito, presidido pelo bispo ou um seu delegado, é bastante simples: depois da homilia, os catecúmenos são apresentados à comuni-

dade e interrogados sobre as suas disposições; segue-se a declaração de eleição ou admissão e a comunidade eleva a Deus as suas preces pelos eleitos.

### **3ª etapa: tempo de purificação e de iluminação**

“O terceiro tempo, mais breve, que habitualmente coincide com a preparação para as solenidades pascais e para os sacramentos, é destinado à purificação e à iluminação” (RICA 7). Esta etapa, que tem a duração da Quaresma, orienta-se para uma preparação mais intensa da celebração dos sacramentos da iniciação cristã. “Durante este tempo, os catecúmenos são objecto de uma preparação interior mais intensa. Esta tem mais em vista o recolhimento espiritual do que a catequese, e destina-se à purificação do coração e da mente, através do exame de consciência e da penitência, e à sua iluminação por meio do conhecimento mais aprofundado de Cristo Salvador.” (RICA 25). Trata-se de uma “recollecção espiritual” para os eleitos e toda a comunidade no tempo da Quaresma, conforme a expressão do próprio ritual (cf. RICA 152).

Este período quaresmal é o mais rico em celebrações. Temos antes de mais os Escrutínios, que têm como elemento fundamental o exorcismo. Os escrutínios são ritos estritamente dominicais e têm lugar nos III, IV e V Domingos da Quaresma. Implicam a opção pelo leccionário do Ano A, onde se encontram as três perícopas evangélicas fundamentais deste conjunto ritual. “Assim os catecúmenos vão pouco a pouco sendo instruídos sobre o mistério do pecado, do qual o mundo inteiro e cada homem em particular anseia por ser remido, para se libertar das suas consequências presentes e futuras; e por outro lado para

que o espírito se vá impregnando do sentido de Cristo Redentor, que é a água viva (Evangelho da samaritana), a luz (Evangelho do cego de nascença), a ressurreição e a vida (Evangelho da ressurreição de Lázaro)” (RICA 157; cf. *Ordenamento das Leituras da Missa*, n. 97).

Além dos Escrutínios, nesta etapa faz-se a entrega ou “Tradição do Símbolo” (RICA, 183-187.194-199) e a entrega ou “Tradição da Oração Dominical” (RICA, 188-192). Completada a instrução dos catecúmenos, recebem da Igreja os documentos que são considerados o compêndio da fé da Igreja (Símbolo) e da sua oração (o Pai Nosso). Mais uma vez se insiste na presença da comunidade nestes momentos celebrativos: “É para desejar que as «tradições» se façam na presença de toda a comunidade dos fiéis”.

No Sábado Santo, se for possível reunir os eleitos, fazem-se os ritos imediatamente preparatórios, se não foram feitos antes, como a entrega do Símbolo, o «Effatha», a escolha de um nome cristão e a unção com o óleo dos catecúmenos.

### **3º degrau: celebração dos sacramentos da iniciação cristã**

Todo o processo culmina com a celebração dos sacramentos da iniciação cristã na Vigília Pascal. Quando, por graves motivos, não é possível a celebração na Vigília Pascal, o RICA indica que “se procure que a celebração manifeste claramente a sua natureza pascal” (RICA 209)

Os eleitos são baptizados depois da liturgia da Palavra e da bênção da água. Depois dos ritos explicativos do Baptismo segue-se a Confirmação: “De acordo com o antiquíssimo uso, conservado na própria liturgia romana, não se baptize o

adulto sem que, imediatamente depois do Baptismo, receba a Confirmação, a não ser que obstem motivos graves” (RICA 34). “Depois dos ritos complementares do Baptismo, omitida a unção pós-baptismal, confere-se a Confirmação” (RICA 35). Segue-se a liturgia eucarística, na qual os neófitos participam de forma plena e pela primeira vez. A Eucaristia é, de facto, o vértice e o ponto culminante de toda a iniciação cristã. “É este o dia em que os neófitos nela participam pela primeira vez de pleno direito e encontram a consumação da sua iniciação. Nesta celebração os neófitos, uma vez elevados à dignidade do sacerdócio régio, tomam parte activa na oração dos fiéis e, quanto possível, no rito da apresentação das oblatas ao altar; participam com toda a comunidade na acção do sacrifício e dizem pela primeira vez a Oração dominical, na qual manifestam o espírito de adopção de filhos recebido no Baptismo. Finalmente, comungando no Corpo entregue e no Sangue derramado, confirmam os dons recebidos e saboreiam antecipadamente os eternos.” (RICA 36)

#### **4ª etapa: tempo da mistagogia**

“O último tempo, que se prolonga por todo o tempo pascal, é destinado à «mistagogia», isto é, por um lado à recolha da experiência e dos frutos da vida cristã e, por outro, à entrada no convívio da comunidade dos fiéis, estabelecendo com ela relações profundas” (RICA 7). Se a etapa anterior é quaresmal, esta é pascal; os neófitos, plenamente inseridos na comunidade cristã, são guiados por essa comunidade nos seus primeiros passos como cristãos, através das catequeses mistagógicas (RICA, 37-40), que ajudam

a interiorizar os mistérios celebrados e a descobrir a riqueza dos Sacramentos de Iniciação.

“O lugar principal da «mistagogia» são as «Missas dos neófitos», ou seja, as Missas dos domingos da Páscoa, porque nelas os neófitos, além da assembleia da comunidade e da participação nos mistérios, encontram leituras especialmente apropriadas à sua condição, sobretudo no Leccionário do ano «A». Toda a comunidade local deve, por isso, ser convidada para estas Missas, juntamente com os neófitos e seus padrinhos” (RICA 40)

As indicações pastorais do RICA a este propósito são preciosas:

“Para que os primeiros passos dos neófitos sejam mais firmes, importa que, em todas as circunstâncias, sejam ajudados com atenção e carinho pela comunidade dos fiéis, pelos padrinhos e pelos pastores. Faça-se tudo para que eles se sintam integrados de maneira plena e feliz na comunidade cristã.

Durante todo o Tempo Pascal, nas Missas dominicais, os neófitos ocuparão um lugar especial no meio dos fiéis. Procurem todos os neófitos participar na Missa com os seus padrinhos. Na homilia, e se for oportuno, também na Oração universal, faça-se menção deles.

Para encerrar o tempo da mistagogia, no fim do Tempo Pascal, nas proximidades do domingo de Pentecostes, faça-se uma celebração especial, acompanhada até de festa externa, segundo os costumes da região.” (RICA 235-237)

É importante ter sempre presente que é a iniciação cristã de adultos que é a referência para a iniciação das crianças, e não o contrário (apesar de ser muito maior o número de crianças que recebem o Baptismo). O itinerário de iniciação das crianças está pensado como uma



adaptação do itinerário dos adultos, e não vice-versa.

## **5. A iniciação cristã das crianças em idade de catequese (Capítulo V do RICA)**

O Capítulo V do RICA merece uma particular atenção, pois trata de uma situação especial: a das crianças em idade escolar que pedem o Baptismo. Este capítulo representa uma grande novidade, pois foi a primeira vez que a Igreja introduziu um rito deste género. A reforma litúrgica recuperara o catecumenado e a dinâmica da iniciação cristã dos adultos, como vimos; reviu profundamente o ritual do Baptismo de crianças, destinado ao baptismo de bebés e adaptado a essa situação. Mas para as crianças em idade de catequese, que por um lado ainda não são adultos, mas por outro lado já não são bebés e podem falar por si, impunha-se uma solução: é o que pretende este Capítulo V do RICA.

Este capítulo V do RICA manifesta uma nova atitude da Igreja na relação com as crianças: é-lhes reconhecida a condição de sujeitos da liturgia e começa a encontrar-se a preocupação de adaptar a liturgia à condição das crianças, como manifesta a publicação posterior do *Directório para as Missas com Crianças* (1974) e das *Orações Eucarísticas para Missas com Crianças* (1975).

ORICA afirma que o itinerário proposto se destina à crianças que, “não tendo sido baptizadas na infância e tendo atingido a idade da discrição e da catequese, se apresentam para receber a iniciação cristã, trazidas pelos pais ou pelos responsáveis da educação, ou vindo espontaneamente com a permissão daqueles” (RICA 306).

Segundo o cânon 852 §1 do *Código de Direito Canónico*, consideram-se adultos, para efeitos da iniciação cristã, “todos os que, saídos da infância, alcançaram o uso da razão”. Mais adiante, o cânon 863 dá uma indicação mais precisa, dizendo que a partir dos 14 anos se usa o RICA. Daqui se deduz que este ritual do Capítulo V se destina às crianças não baptizadas que têm entre os 6 e os 14 anos de idade.

Estas crianças, por um lado, “já são idóneas, porque podem conceber e alimentar uma fé própria e, por dever de consciência, aceitar algumas responsabilidades” (RICA 306). Mas, por outro lado, “não devem ainda ser tratadas como adultos, porque, caracterizadas por mentalidade infantil, dependem dos pais ou de outros responsáveis e são muito influenciáveis pelos companheiros e pela sociedade” (RICA 306).

Esta dependência dos pais ou tutores justifica que se exija a permissão deles para se iniciar este itinerário de iniciação (RICA 306 e 308b). Além da permissão indispensável, espera-se deles a ajuda e o exemplo no itinerário de iniciação.

O facto de poderem já alimentar uma fé pessoal e terem capacidade para assumir algumas responsabilidades, implica que a iniciação se faça num processo, que exige tempo:

“A sua iniciação requer a prévia conversão pessoal, amadurecida a pouco e pouco, segundo a idade, e o amparo na educação necessário a esta idade. Depois, deve adaptar-se tanto ao caminhar espiritual dos candidatos, isto é, ao seu crescimento na fé, como à formação catequética que vão recebendo. Por isso, como a dos adultos, a iniciação deve prolongar-se, se for necessário, por vários anos, antes de se aproximarem dos sacramentos, distribuindo-se por diversos

degraus e tempos com seus ritos próprios.” (RICA 307)

O modelo deste itinerário de iniciação é, claramente, o dos adultos, de que se ocupa o Capítulo I do RICA. Aliás, mesmo que isso não fosse explicitamente dito, estaria já implícito no facto de este ser um capítulo do RICA.

Porque as crianças são particularmente sensíveis à influência dos seus companheiros, o ritual valoriza a ajuda que daí pode advir: “Como as crianças que vão fazer a iniciação pertencem muitas vezes a algum grupo de companheiros há muito baptizados, que se preparam pela catequese para a Confirmação e a Eucaristia, a sua iniciação faz-se progressivamente, tendo por base este mesmo grupo catequético” (RICA 308a). Significa isto que, na perspectiva do ritual, estas crianças devem inserir-se nos grupos caquetéticos dos seus pares já baptizados, mas também eles em processo de iniciação. Mas não devem formar um grupo à parte: as crianças nestas circunstâncias reúnem-se umas com as outras para as celebrações previstas no ritual: “Na medida em que as circunstâncias o permitirem, é muito útil juntar nas mesmas celebrações deste Ritual as crianças que se encontrem nas mesmas condições, para que se ajudem umas às outras, com o exemplo, na caminhada catecumenal” (RICA 309).

### **5.1. Características do ritual da iniciação das crianças em idade de catequese**

Um confronto entre o Capítulo V e o Capítulo I mostra claramente que este rito destinado às crianças é mais simples, preservando porém a estrutura essencial do itinerário dos adultos. Não se apresentam os tempos ou etapas, mas apenas os

degraus, isto é, as celebrações, porque se entende que os tempos são constituídos pelo próprio itinerário catequético em que estão já inseridas. Quanto aos degraus, não coincidem exactamente com os que surgem no Capítulo I: o segundo degrau não é constituído pelo rito de eleição, mas sim pelos Escrutínios e ritos penitenciais, que para os adultos constituem ritos do tempo da purificação e iluminação, e não passagem para essa etapa. O objectivo foi o de adaptar, simplificando. Mas deixa-se liberdade para recuperar algumas das celebrações previstas para os adultos.

Para além da simplificação da estrutura ritual, é notória também uma simplificação a nível da linguagem, de modo a torná-la mais adequada às crianças.

Uma outra característica deste ritual é a insistência na dimensão eclesial do processo de iniciação: pretende-se que as crianças façam uma autêntica e progressiva experiência de vivência da fé em comunidade. Tal como atrás, também aqui se sublinha a responsabilidade de toda a comunidade na caminhada catecumenal das crianças.

Neste Capítulo V apresenta-se apenas uma estrutura fundamental, que possa servir de base para a criação de um ritual completo de iniciação cristã das crianças em idade de catequese. Por isso mesmo, o próprio RICA recomenda às Conferências Episcopais que façam as adaptações e ampliações que considerem necessárias para os seus países (cf. RICA 312). Além destas adaptações mais profundas, confiadas às Conferências Episcopais, o ritual recomenda aos ministros que façam as acomodações necessárias “de bom grado e com inteligência” (RICA 313), para que este se adapte, da melhor forma possível, às crianças, às suas idades e mentalidades.

## 5.2. O itinerário da iniciação cristã segundo o Capítulo V do RICA

Nesta circunstância, não se faz referência a um “pré-catecumenado”. O itinerário começa quando a criança manifesta vontade de fazer parte do grupo de catequese e de ser batizada. Têm lugar, então, o primeiro degrau: o rito de admissão ao catecumenado.

### Rito de admissão ao catecumenado (1º degrau)

Esta celebração assinala o início do itinerário catecumenal e, mantendo o fundamental da estrutura do rito dos adultos, adapta a linguagem à criança.

Uma primeira indicação determina que a celebração se faça na presença de uma assembleia reduzida, pouco numerosa. O motivo é facilmente compreensível: permitir uma celebração serena e evitar que a numerosa presença de pessoas possa perturbar a criança. Nessa celebração devem estar presentes “os pais ou os responsáveis dos candidatos; se não puderem comparecer, devem manifestar o consentimento dado às crianças; e em lugar deles estejam presentes os «garantes», isto é, fiéis idóneos que, para este caso, façam as vezes dos pais e apresentem as crianças” (RICA 314).

Também a escolha do lugar é importante: pode ser a igreja ou outro lugar que se julgue apto, de modo a proporcionar à criança “uma experiência íntima”, de acordo com a sua idade e capacidade (RICA 315).

A celebração tem dois momentos: um primeiro, de acolhimento, que envolve não só a criança, mas também os seus pais e a própria assembleia, e que tem como gesto fundamental a signação (a criança ainda não pertence ao número dos

fiéis, pois ainda não foi batizada; mas já pertence aos grupo dos cristãos, pois já foi assinalada com o sinal da cruz, sinal do cristão); um segundo momento desta celebração é a liturgia da Palavra, que inclui a entrega dos Evangelhos.

**Catecumenado.** Com esta celebração, a criança deixa de ser “simpatizante” e passa a ser contada entre os catecúmenos. É, então, inserida num grupo de catequese com crianças já batizadas, e aí faz a sua caminhada, que se poderá prolongar por vários anos. Não se dão indicações sobre os conteúdos deste tempo ou etapa, mas facilmente se percebe que é constituído precisamente pela catequese de iniciação, que tem no catecumenado dos adultos o seu modelo inspirador. Embora o *Directório Geral da Catequese* (n. 90), na sequência do RICA (n. 295), faça uma clara distinção entre a catequese daqueles que já foram batizados e a catequese dos catecúmenos, nesta situação essa distinção não tem tanta pertinência quanto tem na idade adulta. Isto é, a caminhada catequética das crianças já batizadas, que é uma espécie de “catecumenado pós-baptismal”, será adequada igualmente para as crianças catecúmenas.

### Escrutinios ou ritos penitenciais (2º degrau)

O segundo degrau é constituído pela celebração dos escrutínios ou ritos penitenciais. O tempo mais oportuno é a Quaresma que antecede a celebração dos sacramentos da iniciação cristã, se esta tiver lugar na Vigília Pascal (RICA 333); se tal não acontecer, deve escolher-se um outro momento.

Esta celebração dá início ao último tempo ou etapa de preparação para os sacramentos da iniciação e, por isso,

requer nas crianças “a fé e as disposições próximas daquelas que são requeridas para o Baptismo” (RICA 331).

Segundo o próprio ritual, esta celebração deve considerar-se “como dos tempos mais importantes do catecumenado das crianças” (RICA 330).

A celebração é uma liturgia da palavra, na qual, depois das preces, se insere um exorcismo e se faz a unção com o óleo dos catecúmenos ou a imposição das mãos. O desejável é que esta celebração, dada a sua importância, envolva a comunidade. Nesse sentido, o ritual apresenta uma sugestão interessante:

“Estes ritos, em que, juntamente com os catecúmenos, participam os padrinhos (as madrinhas) e os companheiros do grupo da catequese, estão adaptados a todos os participantes, de maneira que podem servir de celebrações penitenciais até para aqueles que não são catecúmenos. Na verdade, nesta celebração, podem ser admitidas pela primeira vez ao sacramento da Penitência algumas crianças já baptizadas há bastante tempo e inscritas no grupo da catequese. Neste caso, haja o cuidado de introduzir na celebração, e no momento próprio, admoções, intenções de oração e gestos que tenham em conta estas crianças.” (RICA 332)

Neste caso, a celebração não se conclui após a unção ou a imposição da mão: a celebração penitencial continua para as crianças já baptizadas.

### **Tempo da purificação e iluminação.**

Note-se que o Capítulo V do RICA não prevê o rito de eleição para as crianças. E o escrutínio ou ritos penitenciais pertencem às celebrações previstas para o tempo da purificação e iluminação dos adultos. Contudo, sem lhe dar esta designação, classifica este momento como o mais importante do catecumenado das crianças

e indica o tempo da Quaresma como o mais oportuno, quando tal é possível. Isto é, sem chamar a este período tempo da purificação e iluminação, caracteriza-o como tal: a preparação espiritual mais intensa para a celebração dos sacramentos da iniciação.

### **Celebração dos sacramentos da iniciação (3º grau)**

O momento culminante do itinerário de iniciação é constituído pela celebração dos sacramentos da iniciação cristã. Para sublinhar o profundo carácter pascal do Baptismo e de toda a iniciação, “aconselha-se que este sacramento seja celebrado na Vigília pascal ou num domingo, em que a Igreja comemora a ressurreição do Senhor” (RICA 343).

No espírito do ritual, a criança celebra conjuntamente e na mesma celebração os três sacramentos da iniciação: “O Baptismo celebra-se dentro da Missa na qual os neófitos participam pela primeira vez na Eucaristia. Juntamente com o Baptismo, é conferida a Confirmação, pelo Bispo ou pelo presbítero que administra o Baptismo” (RICA 344). Contudo, está previsto que, em situações especiais, isto é, excepcionais, se possa adiar a Confirmação (RICA 358).

O ritual sugere implicitamente que a ocasião da celebração dos sacramentos da iniciação cristã destas crianças pode ser a Primeira Comunhão dos seus colegas de grupo catequético:

“Antes da comunhão, isto é, antes de Eis o Cordeiro de Deus, o celebrante pode dirigir aos neófitos uma breve monição sobre o valor de tão grande mistério, que é o ponto culminante da iniciação e centro de toda a vida cristã. Terá igualmente em

conta aqueles que, já batizados há muito tempo, se aproximam, pela primeira vez, da mesa da divina comunhão.” (RICA 368)

A expressão “já batizados há muito tempo” pode induzir em erro e levar a pensar apenas em adultos. Mas será bom ter presente que é a mesma expressão que o ritual usa para caracterizar as crianças que constituem o grupo de catequese em que a criança catecúmena se insere (cf. RICA 308a).

**Mistagogia.** Tal como para os adultos, segue-se para estes jovens neófitos o tempo da mistagogia: “Para ajudar as crianças recém-baptizadas, organize-se um tempo conveniente de «mistagogia», para o qual será bom adaptar as normas referentes aos adultos” (RICA 369). Embora nada se diga a este respeito, estando a criança inserida num grupo de catequese, subentende-se que continua ligado a ele e nele continua a sua caminhada de aprofundamento da fé com os restantes companheiros.

## 6. Conclusão

O itinerário de iniciação cristã apresentado permite-nos, como conclusão, sublinhar algumas dimensões teológicas particularmente importantes pelas implicações pastorais que têm. Trata-se aqui apenas de um mero elenco de algumas dessas dimensões.

**A iniciativa divina no processo de iniciação.** O protagonista de todo o processo iniciático é Deus. É Ele que vai ao encontro de cada homem e mulher; que chama cada um pelo nome; que converte os corações, os purifica e ilumina; os renova e faz participantes da vida divina. É este o motivo pelo qual o RICA dá tanta importância à escuta da palavra de Deus em todo o itinerário apresentado; mas

essa é igualmente a razão pela qual insiste tanto na oração quer do candidato, quer da comunidade.

### **Centralidade da Palavra de Deus.**

A fé nasce da escuta (Rm 10, 17). Todo o itinerário catecumenal, apresentado pelo RICA, tem na Palavra de Deus a sua referência fundamental, a sua “fonte” (*Directório Geral da Catequese* 94). Por isso, o processo iniciático é apresentado fundamentalmente como itinerário de evangelização, de anúncio da Palavra de Deus.

**O carácter pascal da iniciação.** A iniciação cristã tem carácter pascal, não só porque o momento mais propício para a sua celebração é a pascal (Vigília Pascal), mas sobretudo porque o seu objectivo é pascal: todo o processo de iniciação cristã conduz à vivência do mistério pascal de Jesus Cristo e à incorporação na comunidade dos que foram redimidos pela Páscoa de Cristo, a Igreja. O próprio simbolismo é pascal: sepultados com Cristo na morte e com Ele ressuscitados, ungidos e marcados com o sinal do Espírito, participantes no memorial do Senhor.

**Carácter eclesial da iniciação.** Na iniciação cristã, a Igreja compreende-se como missionária: recebeu a missão de Jesus e o encargo de a continuar, anunciando o Evangelho. Daí que seja toda a comunidade eclesial que a ser envolvida no processo iniciático, como muito bem sublinha o RICA. O processo iniciático revela a auto-consciência que a Igreja tem de si mesma como fundamentalmente missionária. Outra vertente desta auto-compreensão da Igreja é a dimensão maternal. A Igreja descobre-se, na iniciação, como “mãe” que gera nas águas do Baptismo. Mas

esta dimensão materna não se descobre apenas no gerar novos filhos: aqueles que se encontram em processo iniciático são acompanhados pela Igreja com desvelo materno. Isso mesmo afirmam os Preliminares Gerais da Iniciação Cristã: “A iniciação dos catecúmenos faz-se à maneira de uma caminhada progressiva, dentro da comunidade dos fiéis. Esta, juntamente com os catecúmenos, medita no valor do mistério pascal e renova a sua própria conversão; e deste modo, com o seu exemplo, leva-os a seguirem generosamente o Espírito Santo.” (RICA 4).

**Unidade da iniciação cristã: um “grande Sacramento”.** Desde a mais antiga tradição eclesial que o culminar da iniciação cristã se encontra na celebração conjunta dos chamados “sacramentos da iniciação”. Estes 3 sacramentos são como que um “grande sacramento”; formam um conjunto sacramental, que aparece bem em evidência na iniciação cristã de adultos. Nesse conjunto sacramental, os dois primeiros sacramentos orientam para a Eucaristia. “Do Baptismo à Eucaristia é um único processo que se desenrola por etapas: trata-se de tornar-se plenamente membros do *corpo eclesial* de Cristo pela participação no seu *corpo eucarístico*; trata-se de tornar-se eclesialmente o que se recebe sacramentalmente. O Baptismo, «completado» pela Confirmação, está inteiramente ordenado à Eucaristia”<sup>4</sup>. Compreende-se, pois, que a ordem não seja aleatória ou secundária: Baptismo e Confirmação só se orientam para a Eucaristia, se for conservada a sua ordem,

que é também ordem de sentido. Ora, é precisamente esta questão da unidade dos sacramentos da iniciação cristã que hoje é mais problemática. Na recente Exortação pós-sinodal *Sacramentum Caritatis*, o Papa Bento XVI refere explicitamente o problema:

“Se verdadeiramente a Eucaristia é fonte e ápice da vida e da missão da Igreja, temos de concluir antes de mais que o caminho de iniciação cristã tem como ponto de referência tornar possível o acesso a tal sacramento. [...] É preciso não esquecer jamais que somos baptizados e crismados em ordem à Eucaristia. Este dado implica o compromisso de favorecer na acção pastoral uma compreensão mais unitária do percurso de iniciação cristã. [...] A este respeito, é necessário prestar atenção ao tema da ordem dos sacramentos da iniciação.” (n. 17-18).

O RICA continua a ser um dos livros litúrgicos menos conhecidos. Apesar da sua grande riqueza e dos desafios pastorais que lança, não tem sido suficientemente tido em conta. Estas linhas pretenderam ser apenas uma primeira apresentação, com o objectivo de motivar para um conhecimento mais profundo do itinerário de iniciação cristã que a Igreja nos oferece.

### **Bibliografia para aprofundar o tema**

«A iniciação cristã dos adultos», *Boletim de Pastoral Litúrgica* n.17-19 (1980).

CAVALLOTTO Giuseppe (dir.), *Iniziazione cristiana e catecumenato. Divenire cristiani per essere battezzati*, EDB, Bologna 1996.

CELLIER Jacques, «O novo Ritual do Baptismo dos Adultos», *Ora & Labora* 18 (1972) 108-115.

<sup>4</sup> L.-M. CHAUVET, «Les Sacrements de l'initiation chrétienne», in *Dans vos assemblées. Manuel de pastorale liturgique*, ed. J. Gelineau, Desclée, s.l. 1998<sup>2</sup>, 227.



COUTO Francisco Hipólito S.M., *Ordo Initiationis Puerorum qui aetatem catechetica adepti sunt (Capítulo V do Ordo Initiationis Christianae Adultorum). Uma proposta a partir de uma releitura litúrgico-pastoral*. [Dissertação de Licenciatura], Roma 2003 (texto não publicado).

FALSINI Rinaldo (dir.), *L'iniziazione cristiana degli adulti. Modello tipico per la formazione cristiana*, (Nuova Collana Liturgica 10) Edizioni O.R., Milano 1992.

FLORISTÁN Cassiano, *Para compreender o Catecumenado*, Gráfica de Coimbra, Coimbra [1995].

CARLOS CABECINHAS

## XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA

# A Iniciação Cristã Liturgia e Catequese

**Fátima — 26 - 30 Julho — 2010**

### CONFERÊNCIAS

#### A INICIAÇÃO CRISTÃ Problemática actual

*Dom António Marcelino  
Bispo Emérito de Aveiro*

#### O CATECUMENADO. Processo de iniciação e de re-iniciação cristã.

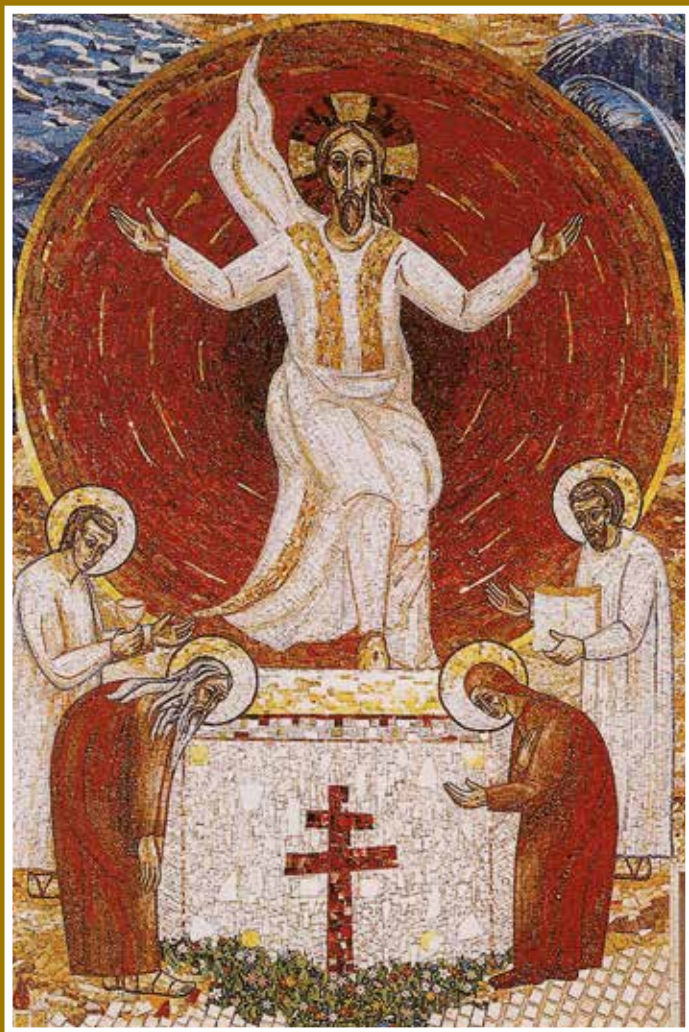
*P. Dr. Francisco Machado Couto  
Arquidiocese de Évora*

#### O RITUAL DA INICIAÇÃO CRISTÃ DOS ADULTOS. Apresentação.

*Cón. Dr. João da Silva Peixoto  
Diocese do Porto*

#### OS SACRAMENTOS DA INICIAÇÃO CRISTÃ

*Cón. Dr. Luís Manuel P. da Silva  
Patriarcado de Lisboa*



# **CERIMONIAL DOS BISPOS**

## PEREGRINAÇÃO NACIONAL DOS ACÓLITOS A FÁTIMA

No dia 1 de Maio os Acólitos de Portugal reuniram-se mais uma vez em Fátima. Esta peregrinação Nacional teve como temática principal os Patronos dos Acólitos. O objectivo primordial foi que todos os acólitos de Portugal reflectissem e conhecessem os seus patronos: S. Tarcísio, a nível internacional; Beato Francisco Marto, a nível nacional, e o santo patrono da diocese ou comunidade local. Ao conhecer o Santo padroeiro e a sua história, os Acólitos deixaram-se interpelar pelo testemunho de fé e de vida cristã que os Santos nos deixaram.

A peregrinação Nacional começou com um encontro no Centro Pastoral Paulo VI com a animação da Banda J e

com a alegria e entusiasmo dos vários milhares de acólitos que já se encontravam no auditório. Apresentadas as diocese, foram dados a conhecer os Logótipos do SNA. Espaço importante foi também a visualização dos vários trabalhos que diversos grupos de acólitos realizaram e que previamente enviaram ao SNA. Estes trabalhos, subordinados ao tema da Peregrinação, reflectiram a importância dos patronos junto dos acólitos.

Após o Encontro no Paulo VI, viveu-se o ponto culminante de toda a Peregrinação, a Eucaristia. Mais uma vez a Igreja da Santíssima Trindade encheu-se com perto de 5000 acólitos. Presidida pelo Senhor Bispo D. Anacleto Oliveira, Presidente







da Comissão Episcopal da Liturgia, a celebração foi vivida em clima de grande devoção e serenidade. Na homilia o presidente da celebração destacou o papel e importância das Mãos. Mãos para o trabalho, para o lazer e para a oração, mas sempre mãos empenhadas na construção do Reino de Deus. Sendo as mãos do Sacerdote especialmente abençoadas pelo

óleo da unção, tornando-se em mão que abençoam e que consagram, mãos que perdoam e que nos dão o Pão do Céu, as mãos do Acólito participam também neste mistério, pois são mãos que servem a Cristo no serviço ao sacerdote. Assim é missão do acólito não só servir mas dignificar as suas mãos e todo o seu corpo como servo de Deus.

À tarde, na Capelinha das Aparições os acólitos juntaram-se para rezar o terço, orientado pelos voluntários que ajudaram na organização da PNA.

O dia terminou com a participação dos acólitos na Procissão do Santíssimo Sacramento no recinto do Santuário.

Para o bom decorrer da Peregrinação, teremos de referir a gratidão do Serviço Nacional de Liturgia ao Senhor Bispo D. Anacleto Oliveira, ao Secretariado Nacional de Liturgia, ao Santuário de Fátima (Reitoria, SEPE, SEAL, GASF), à Banda J, aos Serviços Diocesanos de Viana do Castelo e Porto, aos participantes do Encontro de Formação e Formadores e a todos os Voluntários que ajudaram na orientação dos acólitos ao longo do dia.



*Serviço Nacional de Acólitos*

## QUESTÕES LITÚRGICAS

### Batismo de uma criança em que os pais não estão casados

#### Pergunta:

*Gostava que a minha filha, recém-nascida, recebesse o baptismo. Acontece que eu e a mãe da minha filha vivemos juntos, nunca fomos casados, nem civil nem religiosamente, e a nossa participação na paróquia é nula. Já os padrinhos, são cristãos muito activos.*

*A nossa filha não pode ser mesmo baptizada se nós não formos casados?*

#### Resposta:

Vou partir da hipótese que o pai e a mãe são baptizados, e responder em consonância. Nas alíneas que se seguem, a doutrina da Igreja vai a **negrito**. Os meus comentários, vão em texto normal e itálico.

Relativamente ao baptismo das crianças a Igreja considera duas situações: as crianças em perigo de morte e as crianças saudáveis.

**1.º Se a criança se encontra em perigo de morte, seja baptizada sem demora, o que é lícito fazer mesmo sem o acordo dos pais, e até no caso de se tratar de filho de pais não católicos** (Ritual do Baptismo das Crianças, (=RBC), Preliminares 8, 1)

*Esta norma da Igreja tem em conta, em primeiro lugar, a salvação eterna da criança. Por isso, na situação de perigo de morte, ela manda aos seus ministros*

*que passem por cima de todas as leis, regras e princípios. Não perguntem nada, não queiram saber de nada, tenham apenas em conta que a criança que lhes é apresentada não morra sem baptismo. Porquê? Porque a Igreja acredita e leva a sério a palavra de Jesus a Nicodemos: «quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus» (Jo 3,5). Nascer da água e do Espírito significa ser baptizado. A Igreja estima tanto o baptismo que vai até ao ponto de dizer que é lícito que os seus ministros (párocos ou outros) baptizem uma criança nessas condições, isto é, mesmo sem o acordo dos pais, o que pressupõe que a criança é trazida ao baptismo por outros membros da família (avós, irmãos, tios... padrinhos... ou até outras pessoas), mesmo sem o acordo dos pais.*

Como é evidente, a Igreja não quer que os ministros vão a casa de ninguém buscar uma criança à força para a baptizar. A criança tem de lhes ser apresentada por alguém. No caso que estamos a considerar, os ministros podem baptizar até mesmo os filhos de pais não católicos, desde que apresentados por alguém. Como vê, há aqui muita coisa que, regra geral, os cristãos ignoram e até mesmo com que não concordam. Mas a Igreja não pede a opinião de ninguém quando expõe a sua fé. O que diz é que a fé cristã é esta. Ninguém é obrigado a aceitá-la.

Mas igualmente ninguém pode obrigar a Igreja a fazer aquilo que ela não pode nem deve fazer.

**2.º Nos outros casos os pais, pelo menos um deles ou quem legitimamente fizer as suas vezes, devem dar o seu consentimento para o baptismo. Para preparar convenientemente a celebração do sacramento, devem informar quanto antes o pároco, se for necessário mesmo antes do nascimento do filho, acerca do futuro baptismo (RBC 8, 2).**

De que pais se trata? Em primeiro lugar, naturalmente, dos pais que o são à face da Igreja. A Igreja não é o Estado nem o Governo. O Estado e o Governo podem ser oficialmente agnósticos, pagãos, ou outra coisa qualquer. A Igreja foi fundada por Jesus Cristo. Tem uma doutrina e uma forma de entender a vida e as coisas..., nomeadamente o casamento dos seus fiéis. Tem o direito e a obrigação de legislar sobre isso e outras realidades, mas só para aqueles que são os seus membros. O Governo, pelo contrário, é escolhido pelos cidadãos e vai fazendo leis, sobre o matrimónio, conforme lhe parece que a maioria dos cidadãos aprova ou deseja, ou como ele próprio entende que deve fazer, independentemente da vontade de quem o escolheu.

E quais são os pais que o são à face da Igreja? Naturalmente são os pais que começaram por ser baptizados, que receberam a Confirmação, que frequentam a Eucaristia dominical, que são membros vivos da comunidade, que casaram pela Igreja, isto é, segundo a vontade de Cristo, que se mantêm unidos e procuram levar uma vida coerente com a fé cristã, que conhecem o pároco e até lhe dizem, como cristãos e amigos, que estão à espera de um filho, e que combinam antecipadamente o

que é necessário para o baptismo. Penso que isto é fácil de entender.

*Mas nós sabemos que nem todos os casais, mesmo dos que casaram catolicamente, são assim. Basta abrir os olhos e ver. A vida cristã de muitos casais cristãos quase não se distingue da de outros casais não cristãos. E que faz a Igreja nestes casos? A Igreja não é o Estado nem o Governo, volto a dizer. Se um cidadão não faz o que o Estado ou o Governo mandam, é multado ou é julgado e se for caso disso é metido na cadeia. A Igreja não tem cadeias, nem polícia, nem exército. Já houve tempo em que os teve, e não foi bom. Hoje, que voltou a não ter mais do que a sua doutrina e a sua força moral, ela analisa, dialoga, faz propostas a todos os casais cristãos que se lhe apresentam a pedir o baptismo dos filhos. Para quê? Para que esse baptismo não corra o risco de ser apenas um rito. Isso ela quer evitá-lo a todo o custo. Porquê? Porque acredita que o baptismo é uma realidade sagrada, que não deve ser tratada de qualquer forma.*

*Chamo a atenção do consulente para o seguinte: continuo a falar de casais cristãos. Ainda não cheguei, portanto, ao seu caso. Lá irei, se tiver paciência para continuar a ler esta resposta, que não pretende ser apenas resposta fria e anónima, mas sim catequese honesta, séria e com alguma profundidade. Gosto de aproveitar as ocasiões que me são dadas, embora eu próprio não ande à procura delas. Elas é que vêm ter comigo, como no seu caso. Também chamo a sua atenção para o facto de não estar a comentar textos meus, inventados à última hora, mas documentos da Igreja, da sua e minha mãe na fé, se for o caso de ser baptizado. Eu sou baptizado, e creio que só a Igreja, no seguimento de Cristo, tem*



*neste mundo palavras e ensinamentos que nos podem levar à vida eterna. Por isso gosto tanto do que ela me ensina e faz por mim.*

**3.º A celebração do baptismo deve fazer-se dentro das primeiras semanas após o nascimento da criança. Se faltar totalmente a esperança fundada de que ela irá ser educada na religião católica, o baptismo deve ser diferido, segundo as normas do direito particular, explicando-se o motivo aos pais (RBC 8, 3).**

*A primeira a desejar que o baptismo das crianças se faça quanto antes é a Igreja. Os pais, quando pensam no baptismo dos filhos, têm em conta muitas coisas exteriores: a festa, os amigos, as finanças do casal, etc. A Igreja tem apenas uma: que a criança seja pagã o menos tempo possível e seja cristã o mais depressa possível. É aí que radica esta sua “pressa”. Em motivos de fé.*

*Mas pode haver razões que a levem a tomar outra atitude. A primeira e mais fundamental é esta: quando a vida do casal (volto a dizer, do casal cristão) não deixa qualquer esperança fundada de que a criança, uma vez baptizada, seja futuramente educada na fé católica. Quais são os casos em que isso é previsível que venha a acontecer? São muitos. Um deles é este: o próprio casal, apesar de ter casado pela Igreja, não tem qualquer vida comunitária na paróquia, que é a família dos cristãos, nem na sua igreja paroquial, que é a casa comum dessas famílias. Isto costuma dizer-se por outras palavras: os pais não são praticantes. Que esperança fundada pode haver de que tais pais se vão preocupar com a educação cristã do filho ou filha? São eles os primeiros a não se preocupar com a sua própria formação!*

*Outro caso é o dos casais que já têm vários filhos, todos eles baptizados, sem que nenhum deles tenha frequentado ou frequente a catequese. Que esperança fundada pode haver de que irá ser diferente com o novo filho?*

*Outros pais casaram pela Igreja, mas a vida de ambos ou de algum deles, não tem nada a ver com o Evangelho! Eles não vivem em matrimónio cristão. Aqui as situações podem ser as mais diversas, mas a mais chocante é aquela em que o pai e a mãe têm outras “vidas” e outras “pessoas” em suas vidas. Que esperança fundada pode aí haver quanto à educação cristã do filho?*

*Por fim, e chegamos ao seu caso, há pais que não são casados pela Igreja, apesar de ambos serem solteiros e baptizados, e que querem baptizar o filho ou a filha. Como é evidente, as razões desta situação podem ser de novo as mais diversas. Porque não casam apesar de serem solteiros? As respostas costumam ser tantas como os casos. Eu até admiro esses pais solteiros. Manifestam um bom desejo. Querem que a criança seja baptizada. E isso é positivo. Mas não é tudo. Há outros aspectos importantes a ter em conta.*

*Que diz a Igreja em todos estes casos? Ela não nega o baptismo a nenhuma criança. Mas propõe condições para o vir a fazer. E enquanto elas não se verificarem, adia o baptismo: **“O baptismo deve ser diferido”**. Diferido não quer dizer negado. Diferido quer dizer adiado por mais ou menos tempo. E aqui a legislação comum abre-se ao direito particular de cada diocese. Cada bispo, com os seus padres, pode prever casos e situações diversas e chegar, como acontece em muitas, a legislar assim. Dou-lhe o exemplo da minha própria diocese:*

1. Adie-se o baptismo das crianças, cujos pais, pouco crentes ou praticantes de ocasião, ou ainda em situação canónica irregular:

- a) não queiram reconsiderar a sua situação de incoerência com a vida de fé que o baptismo exige;
- b) se recusem a remover os obstáculos decorrentes da situação matrimonial em que porventura se encontrem, de modo recuperável (*é o seu caso, caro consulente, uma vez que, podendo casar, o não fez ainda ou o não quer fazer no futuro*);
- c) não eduquem cristãmente os filhos ou não facilitem o seu crescimento na fé, através dos meios que a Igreja lhes oferece;
- d) se recusem a fazer a preparação exigida, por ocasião do baptismo de seus filhos.

2. Difira-se para tempo oportuno (idade da razão da criança, modificação das causas do diferimento, etc.) o baptismo das crianças, cujos pais, descrentes ou hostis à fé:

- a) não modifiquem a sua atitude;
- b) não garantam, por si ou por outros, a educação cristã dos filhos.

3. Uma criança cujos pais não quiseram ou não puderam baptizá-la em bebé, pode vir a ser baptizada a partir dos sete anos (idade da razão), depois de preparação considerada suficiente, feita nos grupos de catequese da paróquia, com o consentimento e a responsabilização dos pais.

Dado que estas normas são claras após uma leitura atenta, não acrescento qualquer comentário. Apenas lhe digo que a resposta do seu pároco está certíssima. Ao dar-lha, não fez mais do que cumprir o seu dever de diferir o baptismo da sua filha e de vos explicar os motivos do seu procedimento. Já agora dou-lhe um conselho amigo: vá ter com ele, mostre-lhe esta resposta, comece a tratar do seu casamento, e verá que o baptismo da sua filha até pode ter sido ocasião providencial para você se aproximar da paróquia onde, neste momento, a vossa participação é nula, segundo diz.

UM COLABORADOR DO SNL

## Recolha da colecta

### Pergunta:

*Tenho uma dúvida que ultimamente tem sido falada na minha paróquia. Quando não há missa, mas somente a celebração da palavra de Deus com distribuição da Sagrada Comunhão, deve-se fazer a colecta (recolha do dinheiro)? Se sim, em que momento...*

### Resposta:

É sempre útil recordar as coisas mais simples e mais antigas da Igreja a

propósito dos problemas de hoje. Sobre o assunto que me coloca, o que posso dizer, resumidamente, é que S. Paulo fala muito de uma colecta por ele organizada para a comunidade pobre de Jerusalém: *«Quanto à colecta em favor dos santos, fizeti vós também o que ordenei às igrejas da Galácia. No primeiro dia da semana, cada um de vós ponha de parte, em sua casa, o que tiver conseguido poupar, para que, à minha chegada, não se tenha ainda de fazer a colecta. Quando aí chegar,*

*enviarei, munidos de cartas, aqueles que tiverdes escolhido para levar a vossa oferta a Jerusalém. E, se convier que eu vá também, farão a viagem comigo»* (1 Cor 16, 1-4).

Como vê, esta colecta era em favor dos santos, quer dizer, dos fiéis de Jerusalém. Paulo diz aos Coríntios que façam isso no *«primeiro dia da semana»*, ou seja no domingo. Nesse tempo não havia igrejas. As celebrações litúrgicas tinham lugar nas casas dos fiéis. Era aí que as ofertas deviam ser recolhidas e guardadas, para que o Apóstolo, ao chegar da sua viagem, não se demorasse muito na recolha do que cada um tivesse conseguido poupar. Vê-se que tais ofertas não eram ninharias, mas coisas que representavam, pelo menos para alguns, bastante sacrifício. Que reuniões eram essas? Eucarísticas ou só da Palavra? Certamente de ambas.

No ano 160 da nossa era, um cristão chamado Justino, ao falar do modo como se celebrava a Missa, no domingo, na cidade de Roma, diz o seguinte: *«Os que vivem em abundância e querem repartir, dão, cada um o que lhe apraz e parece bem. E o que se recolhe é deposto aos pés daquele que preside, e ele, por seu turno, presta assistência aos órfãos, às viúvas, aos doentes, aos pobres, aos prisioneiros, aos estrangeiros de passagem, numa palavra, a todos os que sofrem necessidade»* (S. Justino, Apologia I, n. 67).

Estamos em Roma, no tempo das perseguições. Justino esconde os nomes das pessoas. Percebe-se que *«aquele que preside»* é o Bispo da comunidade, neste caso o Papa. Fico-me por estes dois casos, para dizer que as *colectas* na Igreja são tão antigas como ela própria.

Que diz a Igreja hoje sobre as *ofertas dos fiéis*, na celebração da Eucaristia? A

IGMR refere-se a elas nos números 73 e 140, que vou transcrever:

*«Em seguida são trazidas as oferendas. É de louvar que o pão e o vinho sejam apresentados pelos fiéis. Recebidos pelo sacerdote ou pelo diácono em lugar conveniente, são depois levados para o altar. Embora, hoje em dia, os fiéis já não tragam do seu próprio pão e vinho, como se fazia noutros tempos, no entanto o rito desta apresentação conserva ainda valor e significado espiritual. Além do pão e do vinho, são permitidas ofertas em dinheiro e outros dons, destinados aos pobres ou à Igreja, e tanto podem ser trazidos pelos fiéis como recolhidos dentro da Igreja. Estes dons serão dispostos em lugar conveniente, fora da mesa eucarística»* (IGMR 73).

*«Convém que a participação dos fiéis se manifeste pela oferta quer do pão e do vinho destinados à celebração da Eucaristia, quer de outros dons destinados às necessidades da Igreja e dos pobres. As ofertas dos fiéis são recebidas pelo sacerdote com a ajuda do acólito ou de outro ministro. O pão e o vinho destinados à Eucaristia são levados ao celebrante, que os depõe sobre o altar; os outros dons são colocados noutro lugar conveniente»* (IGMR 140).

Tudo isto é muito claro. Na Missa, terminada a Oração dos Fiéis, os fiéis são convidados não já a trazer do seu pão e do seu vinho, pois isso seria muito incómodo para eles, mas a entregar ofertas em dinheiro e outros dons. Estas ofertas têm um destino, os pobres e a própria Igreja, facto que não costuma estar muito claro na mente dos cristãos. Alguns pensam que tais ofertas são para o próprio sacerdote, o que não é verdade. Mas tal engano sobre o destino de tais dons, faz com que

a generosidade de cada um se fique pelas ruas da amargura.

Respondo agora à sua pergunta: quando não há Missa mas somente a celebração da palavra de Deus com distribuição da Sagrada Comunhão, deve-se fazer a colecta (recolha do dinheiro)? Sem dúvida. A oferta não deve estar ligada à Missa mas à reunião dominical. Já vimos que era assim no tempo de S. Paulo e no de S. Justino. Porque haveria de ser diferente, hoje?

Uma razão de sobra para proceder desse modo está no facto de muitas vezes essas celebrações serem presididas por um Diácono permanente ou por algum fiel nomeado pelo Bispo, e que teve de fazer vários quilómetros. Será que as comunidades em causa sabem que esses ministros vêm fazer a celebração a expensas deles próprios? Não seria bom que a comunidade local lhes oferecesse o

equivalente à gasolina que gastam, e que isso fosse retirado dessas ofertas? Nós às vezes somos bastante injustos ou pelo menos descuidados nestas coisas.

Se sim, em que momento...? Naquele que der mais jeito, mas normalmente o momento indicado é a saída, antes ou depois dos avisos finais. É a sugestão que apresenta o Ritual da *Celebração Dominical na Ausência do Presbítero*: «Fazem-se neste momento breves avisos e dão-se as notícias relativas à vida paroquial ou diocesana. Pode também referir-se a finalidade de uma eventual colecta que, a fazer-se, terá lugar no fim da celebração, à medida que os fiéis saem da igreja, mas nunca a meio da celebração, entre a Liturgia da Palavra e o Rito da Comunhão» (nn. 28 e 53).

UM COLABORADOR DO SNL

## Quem deve e pode ler?

### Pergunta:

*Se possível gostaria que me esclarecessem acerca do seguinte: durante uma eucaristia do Crisma, da profissão de fé ou da primeira comunhão, as crianças e os jovens devem fazer as leituras? Podem fazê-las?*

*O grupo de catequese, ao qual pertenço, foi informado de que as pessoas a quem se dirigem as celebrações, como são receptores da mensagem, não devem fazer leituras, o que tem gerado “conflitos” entre catequistas, pais... Qual é a vossa opinião? Obrigado pelo tempo disponibilizado para responder à minha dúvida.*

### Resposta:

Regra geral, as leituras da palavra de Deus nas Missas em que se celebram outros sacramentos ou nas quais têm lugar a primeira comunhão ou a profissão de fé, não devem ser feitas pelos que vão estar no centro de tais celebrações.

Penso que esta norma de bom senso pastoral tem a sua lógica, que nem é difícil de compreender. Quem vai comungar pela primeira vez ou receber outro sacramento dentro da celebração da Missa, deve ser, nesse dia, mais ouvinte da Palavra do que seu leitor. Se é bom leitor ou leitora, realize o seu ministério noutros dias. Os

membros da assembleia cristã não devem querer fazer tudo o que nela acontece. Lê-se nas normas do Missal Romano: Na celebração da liturgia «*todos, ministros ordenados ou fiéis cristãos leigos, ao desempenharem a sua função ou ofício, façam tudo e só o que lhes compete*» (IGMR 91). Ora, o mais importante para aquele que vai receber pela primeira vez a Comunhão ou celebrar outro sacramento na Missa em que está a participar, é fazê-lo numa profunda união a Cristo.

Outra razão para agir deste modo, é esta: as crianças que vão comungar pela primeira vez, os adolescentes que se preparam para renovar as promessas baptismas, os jovens que vão ser confirmados ou os adultos que vão celebrar o seu casamento, têm tudo a ganhar em estar serenos. Por isso, quanto menos serviços litúrgicos tiverem de realizar, melhor. As responsabilidades trazem quase sempre consigo alguma ou muita agitação interior e exterior. Se for possível evitá-la, tanto melhor.

Acrescento, porém, que nas coisas da liturgia não deve haver rigidez. Pode acontecer que uma criança que vai fazer a primeira comunhão tenha um jeito especial para dizer uma poesia adaptada à circunstância, ou que uma jovem que vai ser crismada cante muito bem o salmo responsorial, ou que determinado jovem

seja um ótimo leitor. Em tais casos, analise-se a situação e decida-se como parecer mais aconselhável.

É bom conhecermos as regras litúrgicas, quando existem. Mas também é bom que elas não nos inibam de inovar quando parecer conveniente. A vida está acima das normas. Mas estas também são boas, porque não nos deixam andar à deriva, como barcos sem leme, no meio do mar, fiados apenas na nossa sensibilidade ou parecer momentâneo.

Por isso, às duas perguntas sobre se os jovens e as crianças, nas situações enunciadas, devem fazer as leituras ou podem fazê-las, respondo assim: podem fazê-las em certas circunstâncias, mas não devem fazê-las sempre, como se isso fosse a forma ideal. O ideal é não as fazerem, embora o fazerem-nas possa ser bom e útil em certas circunstâncias. São os responsáveis que devem gerir os problemas que vão surgindo e tentar resolvê-los com inteligência, mas também numa atitude de grande fidelidade às normas litúrgicas. Quando essas normas são compreendidas, libertam-nos; quando não são compreendidas, podem tornar-nos escravos. Seja livre... mas seja também sensato ou sensata.

UM COLABORADOR DO SNL

## Rezar o Terço diante do Santíssimo Sacramento exposto

### Pergunta:

*Gostaria de saber se as normas mencionadas na Instrução Redemptionis Sacramentum (=Sacramento da Redenção), principalmente no n. 137,*

*são aplicáveis no Brasil. Gostaria de esclarecer esta dúvida, pois um leigo da minha paróquia diz que não é litúrgico rezar o Rosário diante do Santíssimo Sacramento exposto.*



## Resposta:

A instrução *Redemptionis Sacramentum* é um documento da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, datado de 25 de Março do ano 2004, solenidade da Anunciação do Senhor. As suas normas são aplicáveis às Igrejas (*Dioceses ou Igrejas particulares*) que utilizam o Rito romano em qualquer país do mundo (Portugal, Brasil, México ou Japão, etc.). Assim o afirma explicitamente o seu n. 3: «*As normas contidas nesta Instrução aplicam-se à Liturgia no âmbito do Rito romano e, com os devidos ajustamentos, aos outros Ritos da Igreja latina juridicamente reconhecidos*».

Não é este o primeiro documento da Igreja, após a reforma litúrgica, a tratar do tema da oração do Rosário diante do Santíssimo Sacramento exposto. Para não me alongar, cito apenas uma carta da mesma Congregação para o Culto Divino com data de 15 de Janeiro de 1997, onde podem ler-se, entre outras, as seguintes afirmações: 1) Seria inaceitável proibir ou dificultar a oração do terço diante do Santíssimo exposto, sempre que se lhe der o sentido cristológico que lhe é próprio, em clima de meditação e adoração que leve os fiéis a adquirir maior estima pelo mistério eucarístico; 2) Não é sequer bom dificultar uma prática de piedade tão querida dos fiéis. Deve é fazer-se o possível, através dela, para os ajudar a conhecer melhor o sentido da Exposição do Santíssimo, e a beleza da própria recitação do Rosário; 3) Os sacerdotes devem actuar, nesta matéria, com grande delicadeza e respeito pela fé dos cristãos mais simples, evitando atitudes que eles não compreenderiam.

Quererão tais afirmações dizer que tudo é lícito na relação entre oração do Rosário (Terço) e a exposição do Santíssimo? De modo nenhum, pois

também se diz, textualmente, na referida Carta: “*Não se deve expor a Eucaristia só para recitar o Rosário (Terço), mas entre as orações que podem fazer-se diante da Eucaristia exposta, pode incluir-se certamente a recitação do Santo Rosário (Terço), sublinhando-se os seus aspectos cristológicos com leituras bíblicas relativas aos mistérios, e deixando espaços para a meditação silenciosa e adorante dos mesmos*”.

Dito por outras palavras: não se deve expor o Santíssimo para rezar o Terço diante do Senhor exposto, e acabado o Terço recolher o Santíssimo e fechar o sacrário. Isso seria uma espécie de brincadeira com o Senhor, como que a convidá-l’O a ver-nos rezar. Ele não precisa de nos ver rezar. Nós é que podemos, enquanto rezamos, olhar para Ele e adorá-l’O. Mas se o Santíssimo estiver exposto, além de outras orações, podemos também rezar o Terço (que é uma oração cristológica e marial), enriquecendo-o, tanto quanto possível, com leituras bíblicas e tempos de silêncio e adoração.

É nessa mesma linha de pensamento e doutrina que se insere a presente Instrução, quando diz no n. 137: “*A exposição da Santíssimo Eucaristia realize-se sempre segundo as prescrições dos livros litúrgicos. Diante do Santíssimo Sacramento conservado ou exposto não se exclua também a oração do Rosário, admirável “na sua simplicidade e elevação”. Entretanto, sobretudo quando se faz a exposição, dê-se destaque à índole desta oração enquanto contemplação dos mistérios da vida de Cristo Redentor e do desígnio de salvação do Pai onipotente, utilizando especialmente leituras tomadas da Sagrada Escritura*».

UM COLABORADOR DO SNL



## Acólito não instituído

### Pergunta:

*Pode um acólito – não instituído – mas MEC, preparar o altar para a Eucaristia incluindo o cálice e no fim da distribuição da sagrada Comunhão, purificar os vasos incluindo o cálice, em cima do altar?*

### Resposta:

O facto de um acólito não instituído ser também MEC não altera em nada o exercício do seu ministério de acólito. É por ser acólito que ele serve o presidente, o diácono e o altar durante a celebração da Missa, e não por ser MEC.

O nosso consulente pergunta se um acólito não instituído pode preparar o altar para a Eucaristia, incluindo o cálice. A expressão “incluindo o cálice” interpreto-a no sentido de “colocando o cálice sobre o altar”. A resposta afirmativa encontro-a no n. 190 da IGMR, formulada assim: «*Na ausência do diácono, o acólito, depois da oração universal e enquanto o sacerdote permanece na sua cadeira, coloca sobre o altar o corporal, o sanguinho, o cálice, a pala e o Missal*». Esta preparação do altar pode ser feita por um só acólito ou por vários, como se explica pormenorizadamente em *O Livro do Acólito*, p. 190.

Pode alguém querer saber como se faz a preparação do altar quando o presidente, logo a seguir à oração universal, opta por não permanecer na sua cadeira, mas se dirige imediatamente para o altar, modo mais habitual de proceder nas Missas de semana. A resposta encontra-se na página 198 do referido livro, que se transcreve: «*Se o altar não estiver preparado, e for o presidente a fazer a sua preparação, os acólitos ... procedem assim: um deles coloca o Missal no altar; outro entrega*

*o corporal ao presidente, que o desdobra no meio do altar; outro dá-lhe a patena e as píxides com o pão, que ele apresenta ao Senhor, com a respectiva fórmula; outro ainda, o cálice e o sanguinho. O sacerdote coloca o sanguinho no altar e guarda o cálice na mão esquerda. Por fim, o acólito traz as galhetas com o vinho e a água, aproxima-se do lado do altar e apresenta-as ao sacerdote para que ele prepare o cálice...».* Devo dizer, em abono da verdade, que este modo de proceder não vem descrito na IGMR.

O nosso consulente faz ainda outra pergunta: no fim da distribuição da sagrada Comunhão, pode o acólito não instituído purificar os vasos, incluindo o cálice, em cima do altar? Do n. 192 da IGMR deduz-se que não pode nem deve fazer uma e outra coisa: «*O acólito devidamente instituído, terminada a distribuição da Comunhão, ajuda o sacerdote ou o diácono na purificação e arranjo dos vasos sagrados. Na ausência do diácono, o acólito devidamente instituído leva os vasos sagrados para a credência e aí os purifica, limpa e arranja, do modo habitual*». Ao referir-se expressamente só ao acólito instituído, a IGMR exclui o acólito não instituído quer de ajudar o sacerdote ou o diácono na purificação dos vasos sagrados em cima do altar, quer de os levar para a credência e aí os purificar e limpar. Purificar e limpar o cálice e os outros vasos sagrados no altar é próprio só do sacerdote e do diácono. Só depois de purificados e limpos pelo sacerdote ou pelo diácono no altar é que o acólito não instituído os leva ou pode levar para a credência.

UM COLABORADOR DO SNL

## O que é e o que não é “missa vespertina”

### Pergunta:

*A missa celebrada na tarde de domingo ou na tarde do dia de uma solenidade não é também uma missa vespertina? Ou seja, qualquer missa celebrada à tarde não é uma missa vespertina?*

### Resposta:

“Vespertino” e “vespertina” são adjectivos, isto é palavras que acompanham um substantivo para o qualificar ou determinar. No caso presente, “vespertina” (*adjectivo*) acompanha “missa” (*substantivo*), acrescentando-lhe uma coordenada temporal. E que coordenada temporal é essa? Vamos ver.

Vespertino ou vespertina vêm da palavra “véspera”, que pode significar três coisas muito diferentes: **a)** ou o período de tempo correspondente ao cair da tarde de cada dia, isto é, aquele em que o planeta Vénus (*outrora considerado uma estrela a que se chamava “Vesper”*), se avista à tarde, após o pôr do Sol; **b)** ou o dia imediatamente anterior a outro dia determinado (*quinta-feira é a véspera de sexta-feira*); **c)** ou o tempo ou época anterior a um acontecimento (*nas vésperas do Concílio Vaticano II*).

O primeiro significado (*período de tempo correspondente ao cair da tarde de cada dia*) está presente na celebração designada por “*Missa vespertina da Ceia do Senhor*”, a qual corresponde à última Ceia de Jesus, celebrada ao cair da tarde de determinado dia [*Ao cair da tarde, Jesus sentou-se à mesa com os Doze* (Mt 28, 20)]. Trata-se, como facilmente se percebe, de uma designação que é única,

pois o acontecimento para o qual ela remete também foi único: a última Ceia.

O segundo significado (*dia imediatamente anterior a outro dia determinado*, e, por extensão, *tarde do dia imediatamente anterior a outro dia determinado*) corresponde ao que dizem, a certo momento, as *Normas gerais do ano litúrgico*: “*A celebração do domingo e das solenidades começa na tarde do dia precedente*” (n. 3). Como começa? Com a *Missa vespertina*, que é a Missa celebrada com os textos próprios da Missa do domingo seguinte ou da Solenidade do dia seguinte. Nisto se distingue a “Missa vespertina” da “Missa da vigília”, a qual tem sempre textos próprios, diferentes dos da Missa do dia seguinte.

Convido agora, o nosso consulente, a olhar para o que dizem as *Normas gerais do ano litúrgico*, e estou certo de que encontrará aí a resposta não só às perguntas que faz, mas também à sua própria argumentação: *Penso que muita gente se refere à missa vespertina como à missa que se celebra na véspera de um domingo ou de uma solenidade, mas eu sempre pensei que missa vespertina era aquela que se celebra à hora de vésperas, independentemente da celebração ser na tarde do dia “próprio” ou na tarde do dia precedente. Ilustra esta minha forma de pensar a Missa Vespertina da Ceia do Senhor.*

Quanto a esta última frase: *Ilustra esta minha forma de pensar a Missa Vespertina da Ceia do Senhor*, já esclareci, mais acima, que a designação *Missa vespertina da Ceia do Senhor* está ligada ao significado de “vespertina” no sentido de “Vesper”.

Relativamente à sua afirmação: ... *mas eu sempre pensei que missa vespertina era aquela que se celebra à hora de vésperas, independentemente da celebração ser na tarde do dia “próprio” ou na tarde do dia precedente*, tenho de dizer que não é essa a linguagem das *Normas gerais do ano litúrgico*. Efectivamente elas afirmam: “*A celebração do domingo e das solenidades começa na tarde do dia precedente...*”. Só a celebração desses dias, com exclusão de todos os outros. É essa a razão pela qual só os domingos e as solenidades têm I Vésperas.

Quanto aos outros dias de semana, as mesmas *Normas gerais do ano litúrgico* dizem imediatamente antes do texto já citado: “*O dia litúrgico começa à meia noite e termina na meia noite seguinte*” (n. 3). Esta é a regra que se aplica a todos os dias que não sejam domingos e solenidades. Nenhum deles tem I Vésperas, mesmo que seja dia de festa, excepto quando tal festa é do Senhor e coincide com o domingo.

UM COLABORADOR DO SNL

## Flores na Liturgia no Advento e na Quaresma

### Pergunta:

*Sou Diácono Permanente... Quando as zeladoras me perguntam se em tempo de Advento e Quaresma a igreja deve ser ornamentada nos seus altares com flores, que devo responder? Onde procurar resposta segura a tais perguntas?*

### Resposta:

As flores, na celebração litúrgica, são sinais expressivos de que apreciamos os mistérios da fé, o espaço em que nos reunimos, a imagem, o sacrário ou o ambão diante dos quais as colocamos. A estética, o bom gosto, a beleza que entra pelos olhos, bem como o perfume que se espalha por todo o ambiente celebrativo, enobrecem e alegam a celebração cristã.

A linguagem das flores é fácil de entender. Um ramo bonito na mesa de jantar em dia de festa, ou oferecido como prova de amizade, ou colocado diante de

uma imagem da Virgem, ou deposto sobre a cama de uma pessoa querida que partiu, não precisa de explicações.

A exuberante oferenda de flores à Virgem nalguns santuários famosos (v.g. *na Capelinha das Aparições em Fátima*), a decoração delicada do Santíssimo na noite de Quinta-feira Santa, ou a flor única que alguém oferece a outra pessoa ou coloca junto do sacrário, são expressões de fé e homenagem a Deus, ou de profundo amor humano, ou de ambientação festiva de um lugar.

Na liturgia, a moderação no uso de flores, em determinados períodos, contribui pedagogicamente para recordar que estamos a preparar-nos para uma festa. É o que acontece no tempo do Advento, ao recomendar-se a discreção no uso das flores, como preparação para a plena alegria do Natal: «*No tempo do Advento ornamenta-se o altar com flores*

*com a moderação que convém à índole deste tempo, de modo a não antecipar a plena alegria do Natal do Senhor»* (Instrução Geral do Missal Romano, n. 305; Cerimonial dos Bispos, n. 236).

Outras vezes, como na Quaresma, proíbe-se totalmente a presença de flores em todo o espaço da igreja ou da capela onde se celebra a liturgia, para sublinhar, no momento próprio, pelo seu uso, a alegria da Vigília e do Tempo Pascal: *«No Tempo da Quaresma não é permitido adornar o altar com flores. Exceptuam-se, porém, o domingo “Laetare”, (IV da Quaresma), as solenidades e as festas deste tempo»* (Instrução Geral do Missal Romano, n. 305; Cerimonial dos Bispos, n. 252).

Aqui tem, caríssimo diácono, informação segura e precisa sobre o uso das flores na liturgia do Advento e da Quaresma. Como certamente já notou, ao ler as passagens que vão em itálico, no Advento recomenda-se moderação no uso de flores ao passo que, na Quaresma, não é permitida a sua utilização. No Advento, a verdura parece ser uma boa forma de ornamentação.

Em todas as circunstâncias e tempos litúrgicos, *«a ornamentação com flores deve ser sempre sóbria e, em vez de as pôr sobre a mesa do altar, disponham-se junto dele»* (Instrução Geral do Missal Romano, n. 305).

UM COLABORADOR DO SNL

# HISTÓRIA DO SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

## Os seus Secretários ou Directores (II)

**P. DR. JOSÉ BARBOSA PINTO, S.J.**  
(02-01-1970 a 01-05-1973)

### Primeiros contactos

A primeira vez que o nome do P. José Barbosa Pinto, S.J., aparece no arquivo de correspondência do Secretariado é numa carta que ele próprio escreveu, no dia 05.10.1966, a D. Florentino de Andrade e Silva, ao tempo Administrador Apostólico da Diocese do Porto e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, a pedir autorização para publicar um Missal dos Fiéis. Dizia ele: *«Pensando apenas em colaborar para que o Missal dos Fiéis se difunda o mais possível, pus a mim próprio a hipótese de publicar um. Poderia o Secretariado (do Apostolado da Oração) contar com a autorização da Comissão Episcopal de Liturgia? E quais as condições?»*.

D. Florentino responde a esta carta no dia 15.10.66, dizendo ao P. Barbosa Pinto: *«Julgo que a Comissão Episcopal não se oporá a que... esse Secretariado edite o referido Missal, observadas as condições que forem postas. Como, porém..., não estão ainda determinadas as percentagens a entregar, a proposta de V. Rev.cia requer um pouco de estudo. Peço, portanto..., o favor de aguardar uma palavra definitiva que, espero, não demorará»*. E assim aconteceu, de facto.

### Trabalhos de tradução

Passados três anos, a 25.09.1969, nova carta do P. Barbosa Pinto a D. Florentino, desta vez sobre a tradução dos documentos iniciais do *Missal Romano* de Paulo VI, trabalho de que fora encarregado juntamente com o P. Manuel Simões: *«Só à custa de duas noites sem ir à cama nos foi possível terminar a tradução da primeira parte do Ordo Missae: Decreto da Sagrada Congregação dos Ritos, Constituição Apostólica Missale Romanum e Institutio generalis. A isso nos obrigava a vontade que nos anima de servir aqueles a quem Deus pôs à frente do seu povo, e no meu caso pessoal também o muito que devo a Vossa Excelência Reverendíssima»*.

O seu grande desejo de servir, volta a exprimi-lo o P. Barbosa num cartão a D. Florentino, dois meses depois, ao enviar-lhe a tradução do Ritual do Matrimónio: *«... Por meu lado continuo na mesma boa vontade de colaborar com quem precisa de colaboradores. Se for preciso o meu trabalho, depois, para a edição do Ritual do Matrimónio, estou às ordens»*.

As palavras deste cartão, juntamente com as da carta anterior e talvez outras razões que desconhecemos, fizeram luz no espírito de D. Florentino. Pareceu-lhe que o P. Barbosa Pinto seria o homem certo para colocar à frente do Secretariado Nacional de Liturgia. Era preciso falar pessoalmente com ele.

Com esse objectivo escreveu-lhe, em carta de 24.12.69: *«Se pudesse aparecer no próximo dia 2 de Janeiro, seria bom. Aliás poderei eu deslocar-me aí»*. A tão inesperado convite responde o P. Barbosa Pinto num cartão do dia 27.12.69: *«Acuso a recepção da carta que se dignou escrever-me e, agradecendo, informo que estou a fazer todos os esforços possíveis a ver se no princípio de Janeiro entrego a maior parte do Ritual do Baptismo. Vou ver se no dia 2 já o posso levar»*.

Nada se sabe, por testemunho directo, da conversa havida entre eles. Mas há duas referências indirectas a esse encontro que podem ajudar-nos a reconstituir, pelo menos em parte, o assunto do diálogo. A primeira delas lê-se numa carta de D. Florentino a D. João Pereira Venâncio, a 12.03.70: *«... Há tempos, pedi ao P. Barbosa Pinto, que, como V. Rev.cia sabe está a fazer as vezes de Secretário Nacional de Liturgia, o favor de recolher... alguns cânticos (destinados a uma antologia musical), para depois serem sujeitos à Comissão de Música Sacra; não sei ainda o que pôde conseguir...»*. A segunda referência vem numa carta do P. Barbosa Pinto a D. Florentino, com data de 13.05.70: *«... Cada vez me sinto mais impressionado com a necessidade de haver um Secretariado Nacional devidamente organizado e eficiente, porque estamos a ficar terrivelmente atrasados em relação às outras nações, sobretudo na publicação de textos de simples vulgarização ou de nível científico no campo da Liturgia, sem tirar nada àquilo que na nossa conversa de há tempos aí no Porto eu dizia sobre os inconvenientes da minha pessoa para o Secretariado. Depois de pensar diante de Deus achei que deveria colocar-me ao inteiro dispor de V. Rev.cia com toda a minha pobreza mas também com toda*

*a minha boa vontade. Eu não porei objecções»*.

Juntando estas duas passagens, podemos deduzir o essencial do que terá sido conversado no encontro do dia 02.01.70. D. Florentino deve ter pedido ao P. Barbosa Pinto que aceitasse ser o novo Secretário Nacional de Liturgia, a fim de organizar, de forma eficiente, o futuro Secretariado. O P. Barbosa Pinto rejeitara o pedido, falando dos inconvenientes da sua pessoa para esse serviço. Não o tendo podido convencer a mudar de opinião, D. Florentino pediu-lhe então que aceitasse ao menos *“fazer as vezes”* de Secretário Nacional de Liturgia. A resposta, desta vez, foi *“sim”*.

### **Dificuldades inesperadas**

Animado pelas últimas palavras da carta de 13.05.70 (*“Depois de pensar diante de Deus achei que deveria colocar-me ao inteiro dispor de V. Rev.cia com toda a minha pobreza mas também com toda a minha boa vontade. Eu não porei objecções”*), D. Florentino resolve não perder mais tempo.

Começa por escrever, no dia 16.05.70, um cartão ao P. Barbosa: *«Hoje mesmo recebi a sua carta que me foi remetida do Porto. Trouxe-me uma notícia particularmente grata, a confirmar o seu belo espírito de serviço. Agradeço-lhe do fundo do coração. Vou escrever imediatamente ao seu Provincial. Tenho esperança de que ele ouvirá o meu pedido»*.

E assim fez. Nesse mesmo dia 16 de Maio, escreve de facto ao Provincial da Companhia de Jesus, o P. José Carvalhais. Vale a pena ler essa carta por inteiro: *«No passado verão, tive ocasião de trocar impressões com V. Rev.cia sobre a necessidade de se estruturar devidamente*



o Secretariado Nacional de Liturgia e considerámos as possibilidades que então se ofereciam de recorrer a um sacerdote da Companhia de Jesus para aquele efeito. Mostrou então V. Rev.cia a melhor compreensão do problema e a melhor vontade de ajudar a resolvê-lo, pelo que lhe continuo muito reconhecido. Alguns sacerdotes da Companhia têm prestado bons serviços ao referido Secretariado ou, mais propriamente, à Comissão Episcopal de Liturgia, sem todavia estarem investidos em funções oficiais. Abstenho-me de historiar esses factos, até porque talvez V. Rev.cia tenha deles conhecimento. No espaço de tempo decorrido, porém, um dos seus sacerdotes revelou excelente espírito de dedicação à Liturgia e de serviço de Igreja neste importantíssimo sector e ainda uma invulgar capacidade de trabalho: refiro-me ao Rev.o Dr. José Barbosa Pinto, residente em Braga. É este sacerdote que, depois de pensar diante de Deus, eu venho pedir a V. Rev.cia, para o encarregarmos de organizar e dirigir o Secretariado Nacional de Liturgia. Peço-o com todo o empenho e evidentemente em nome da Comissão Episcopal, respaldada sempre aliás pela própria Conferência Metropolitana, da qual é apenas um órgão de trabalho, como V. Rev.cia sabe. Espero confiadamente que V. Rev.cia não deixará de anuir ao nosso pedido que bem gostaria de fazer de viva voz, se me fosse possível».

A 26.05.70 o P. José Carvalhais responde a D. Florentino, confirmando que o P. Barbosa Pinto tem muito dinamismo, eficiência nas realizações práticas e invulgar capacidade de trabalho. «As funções que desempenha puseram em evidência o seu poder de iniciativa, sendo, no momento presente, o principal responsável do Apostolado da Oração, do

qual é Secretário Nacional e acumulando essa função com a de Director do Mensageiro. Não cuido haver quaisquer possibilidades de assumir novas tarefas e tão absorventes como seriam as de um Secretário Nacional de Liturgia. Para que tal sugestão se tornasse viável, seria preciso desprender o P. Barbosa Pinto dos seus actuais trabalhos. Se o P. Barbosa Pinto pudesse vir a deixar o Apostolado da Oração, e a actividade a que nessa hipótese teria de destiná-lo fosse compatível com a de Secretário Nacional de Liturgia, o que me parece um tanto duvidoso, não deixaria de entrar em contacto com V. Ex.<sup>a</sup> Rev.ma. Mas neste momento as coisas não estão patentes».

D. Florentino não era bispo que se deixasse convencer por uma carta, mesmo que os argumentos utilizados fossem de peso. Ele percebe que o momento é oportuno para voltar a insistir. Desta vez a sua missiva ocupa duas folhas. A data é 12.06.70. O Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia responde assim ao Provincial da Companhia: «Peço desculpa de voltar ao assunto, mas as circunstâncias obrigam-me e urgem. Já depois de escrever a última carta recebi de Roma o novo Missal Romano, cujo trabalho de tradução é preciso planificar e organizar. Para o fazer precisamos de uma pessoa capaz. Por outro lado há um grande trabalho de formação litúrgica por meio de publicações de divulgação que deveriam acompanhar os livros oficiais. Se no que respeita aos livros não estamos muito atrasados em relação aos outros países, o mesmo se não pode dizer quanto a publicações de pastoral litúrgica. Por estas razões venho insistir no pedido feito. Penso que o Secretariado Nacional de Liturgia poderá ter a sua sede onde residir o Secretário. Creio que o P. Barbosa Pinto

*poderia continuar com o seu serviço de edições e até ampliá-lo e enriquecê-lo. As funções que desejamos confiar-lhe são das mais relevantes que hoje em dia podem ser confiadas a sacerdotes em Portugal. Atrevo-me a alimentar a esperança de que, em face dos novos elementos que forneci, possa anuir sem dificuldade ao nosso pedido. Será um bom serviço prestado a toda a Igreja implantada em territórios portugueses».*

No dia seguinte, 13.06.70, o P. José Carvalhais responde a D. Florentino, e as palavras com que o faz devem ter levado o primeiro responsável da reforma litúrgica em Portugal a pensar que o assunto dera um passo atrás, ao contrário do que ele esperava. O P. Carvalhais começa por agradecer a carta que recebera e a generosa confiança na ajuda que a Companhia pudesse prestar. Mas antes de assumir um compromisso como aquele que D. Florentino lhe propõe, cuida ser da maior conveniência terem uma entrevista que poderá ajudar muito a um esclarecimento mútuo sobre o assunto do Secretariado Nacional de Liturgia. «*Como vou partir para Roma, só dentro de uma semana poderíamos falar pessoalmente*».

A 20.06.70 o Provincial da Companhia de Jesus comunica a D. Florentino que já chegou de Roma e propõe que a entrevista tenha lugar no dia 29 de Junho, em Vila da Feira, agradecendo confirmação pelo telefone. D. Florentino escreve esta nota pessoal na própria carta que recebera: «*A entrevista efectuou-se no dia apazado, na Vila da Feira*». Os seus resultados não os conhecemos, mas, pela correspondência posterior, adivinha-se que não devem ter sido muito animadores.

### **Um grande silêncio**

A esta animada troca de correspondência, seguem-se três meses de silêncio

entre os dois protagonistas de um tal duelo epistolar. É D. Florentino que, a 18.09.70, o rompe com nova carta, na qual diz ao Provincial da Companhia de Jesus: «*Peço não me leve à conta de impertinência que venha de novo lembrar o pedido que em Maio fiz no sentido de o P. Barbosa Pinto ser autorizado, o mais liberto possível de outros trabalhos, a dedicar-se ao Secretariado Nacional de Liturgia. Tenho presentes as dificuldades que então apresentou bem como a esperança que alimentava de o poder libertar em breve de encargos da revista Mensageiro. Como se vai aproximando o mês de Outubro, talvez V. Rev.cia tenha já disposto as coisas ou esteja em vias de dispô-las e possa dizer-me algo de concreto, para governo da Comissão Episcopal de Liturgia. Agradeço uma palavra*».

O Provincial da Companhia não demora a resposta. No dia 21.09.70 escreve a D. Florentino e diz-lhe: «*Recebi a carta anterior e apresso-me a responder. Quando há tempos aí estive, dei a conhecer a possibilidade que talvez houvesse de o P. Barbosa Pinto poder ser um tanto desligado das suas actuais funções. Nessa hipótese, previa que ele assumisse outros encargos mais compatíveis com a ajuda desejada pela Comissão Episcopal de Liturgia. Acontece que depois de várias circunstâncias, não pareceu oportuno nem quase possível proceder-se à substituição que se chegou a prever. A escassez de pessoas tornou praticamente impossível outra solução. Não foi por isso falta de empenho da minha parte. Sendo assim, a cooperação daquele Padre..., terá de ser muito condicionada pelas restantes atribuições que o absorvem. Sinto não poder proporcionar um colaborador mais disponível, em hora que tanto o requeria*».

## O Pro-Secretário Nacional da Liturgia

Que faz entretanto o P. Barbosa Pinto em relação ao Secretariado, a partir do dia 2 de Janeiro de 1970, data em que D. Florentino lhe pedira que assumisse as funções de *Pro-Secretário*?

Traduz o Ritual das Exéquias e envia um exemplar da tradução *ad experimentum* a todas as Comissões Diocesanas de Liturgia, com o pedido expresso de sugestões para a melhorar; começa a tradução do Missal Romano, do qual virá a publicar vários fascículos; prepara a edição dos Rituais do Baptismo das Crianças, do Matrimónio, das Exéquias, da Profissão Religiosa, do Pontifical das Ordenações, e edições para os fiéis dos ritos do Baptismo, do Matrimónio e da Confirmação; publica a Instituição dos leitores e acólitos, Admissão de candidatos ao diaconado e ao presbiterado, Consagração no santo celibato e um Directório pastoral para ajudar os párocos a usarem o Ritual das Exéquias; organiza uma colecção de Orações dos Fiéis; pensa na planificação de uma edição provisória da Liturgia das Horas e até indica prazos para o aparecimento de cada volume; recebe poderes da Comissão Episcopal de Liturgia para fazer o registo das edições litúrgicas cujos textos são propriedade da Comissão; escreve um grande número de cartas, muitas delas em resposta a perguntas sobre problemas litúrgicos; prepara e publica o livro “Celebração Pascal” (em edição de altar e dos fiéis), decidido pela Comissão Episcopal a pedido expresso da Conferência, publicação que receberia muitas e justificadas críticas, não obstante ter prestado, na altura, um bom serviço. Tudo isto no curto espaço de dois anos e meio.

D. Florentino, que não era homem de confidências pessoais, abre uma excepção com o P. Barbosa Pinto, dizendo-lhe em carta de 06.07.1972: *«Escrevo de novo, conforme prometi; e o assunto de hoje é sobretudo de ordem pessoal. Estou há muitos anos na Liturgia. Foram já três mandatos consecutivos que recebi e vim desempenhando, conforme pude. Creio que é bem suficiente. Por outro lado, dada a minha nomeação para o Algarve, não me seria tão fácil acompanhar os trabalhos da Comissão e do Secretariado. Vou, pois, pedir – e espero que com eficácia – por ocasião das novas eleições previstas para o princípio da semana que vem, o favor de me dispensarem e de elegerem outro presidente. Desejava comunicar-lhe isto directamente e ainda antes de acontecer. Aproveito a oportunidade para lhe agradecer reconhecidamente toda a generosa dedicação que tem votado à causa da Liturgia; e atrevo-me a pedir, se me é lícito, que continue a dedicar-se-lhe com o mesmo espírito de serviço».*

## O Director do Secretariado Nacional de Liturgia

Em 10 de Julho de 1972 houve eleições para a presidência das diversas Comissões Episcopais. Para a Comissão da Liturgia foi eleito D. Alberto Cosme do Amaral, bispo de Leiria.

Entre 10 e 25 de Setembro de 1972, o P. Barbosa Pinto foi a alma do *Curso intensivo de Liturgia para sacerdotes*, em Cortegaça, a cuja sessão de abertura presidiu já o Sr. D. Alberto. Em toda a correspondência que envia a propósito deste Curso, assina sempre e só o seu nome. Mas, a partir de 18.12.72, começa a fazê-lo como *Director do Secretariado Nacional de Liturgia*, sinal de que fora nomeado oficialmente para o cargo pela

Conferência Episcopal Portuguesa. Disso mesmo é indício a carta que o Secretário da Conferência lhe envia em 27.12.72, «na qualidade de Director desse Secretariado Nacional».

Em 09.01.73, D. Alberto do Amaral escreve ao P. Barbosa Pinto dizendo-lhe: «*Vai reunir a Assembleia Plenária do Episcopado, no Santuário de Fátima, de 30 de Abril a 4 de Maio próximo. Do programa faz parte uma reunião conjunta dos Bispos com os responsáveis dos Secretariados Nacionais e órgãos similares, a qual terá lugar na manhã de quarta-feira, dia 2. Venho pois convocar V. Rev.cia para esta reunião. É preciso que esteja no Santuário, de véspera, dia 1, às 16 horas, pois este dia destina-se a reuniões das Comissões Episcopais e convém estar presente para prepararmos a sua intervenção no dia seguinte, na reunião conjunta. Tenha pois a bondade de me dizer, quanto antes, se pode vir e se deseja alojamento no Santuário (na noite de terça para quarta-feira) o qual só poderá ser assegurado nos limites dos quartos disponíveis e por ordem de chegada dos pedidos...*».

Em 28.02.73 aparece o primeiro e único número de “LITURGIA”, Boletim Trimestral de Notícias do Secretariado, em cuja preparação e publicação o P. Barbosa Pinto tanto se empenhou, e que viria a ser continuado pelo seu sucessor.

Tendo em vista a reunião do Episcopado de que lhe falara D. Alberto, pede ao P. José Ferreira que lhe dê sugestões, o que este faz em 05.03.73, mandando-lhe o seguinte elenco de assuntos: «1) O estudo sobre as Missas de grupos especiais; 2) a edição de vários Rituais mais elaborados em ordem ao nosso caso concreto, e não apenas a tradução do latim; 3) a tradução das orações, porque as actuais deixam

*muito a desejar; 4) a pastoral da liturgia sacramental, ou seja a articulação da liturgia e da pastoral dos sacramentos; 5) o problema da liturgia de Fátima, dadas as suas exigências peculiares; 6) a atenção às diferenças de situação das diversas dioceses».*

Este pedido de sugestões é um sinal promissor de que o P. Barbosa Pinto se preparava para cumprir o melhor que sabia as funções de Director do Secretariado, com a colaboração dos outros membros, como lhe lembrava também o P. José Ferreira na sua carta: «... Quanto ao Secretariado, no caso de se contar com a colaboração de mais pessoas, penso que era necessário que estas se encontrassem para planeamento da acção», sugestão a que o P. Barbosa responde deste modo, dois dias depois, 07.03.73: «*Quanto ao encontro das pessoas ligadas ao Secretariado, também eu penso nele como coisa necessária, e parece-me que o momento aconselhável fosse em data a combinar com todos após esta Assembleia da Conferência Episcopal*».

Em 10.03.73 envia a D. Alberto «as notas para o comunicado a fazer à Assembleia da Conferência Episcopal... e os nomes dos peritos (portugueses) a enviar para Roma» e, passados dois dias, a 12.03.73, responde sacudidamente a alguém, com responsabilidades, que lhe chamara a atenção sobre um assunto que ele julgava ter sido bem resolvido: «*Não vejo razão para qualquer reparo..., porque a edição é de quem tem o Copyright e este é indicado claramente que é o “Secretariado Nacional de Liturgia”... Para mais, basta a gente pegar nos volumes do Leccionário e logo vê que na maior parte deles não existe sequer nenhuma indicação da Comissão Episcopal de Liturgia mas apenas a da União Gráfica ora como*



*editora da Comissão ora como tipografia. Pergunto por isso a mim mesmo se valerá a pena uma tal preocupação, embora compreenda perfeitamente que seja bom definir posições. Só que não vejo quais sejam as posições que é preciso definir, uma vez que a observação é feita exactamente à pessoa que desde o princípio defendeu que a propriedade das edições litúrgicas fosse da Comissão Episcopal ou do seu Secretariado». Essa pessoa era ele.*

Ainda no mesmo dia 12.03.73, o P. Barbosa responde a uma carta de um padre da Companhia de Jesus, de quem era muito amigo: *«Quem te disse que o “Apostolado da Imprensa” estava a preparar uma edição do Breviário, não sabia o que dizia. Quem está a preparar a edição do Breviário é o Secretariado Nacional de Liturgia. Mas é evidente que a edição será melhor que a do Brasil, que aí corre, até porque tal edição brasileira não é o Breviário mas sim uma pequena parte a que resolveram chamar Breviário. Não posso indicar datas para a sua saída. Sairá o mais depressa possível...».*

Com vista a encontrar solução justa e viável para o grave problemas das casas editoras de livros litúrgicos, escreve assim a D. Alberto, no dia 22.03.73: *«... A minha intenção era juntar as casas interessadas na publicação do Missal (dos Fiéis) e propor-lhes: colaborarem todas na preparação do texto, na medida das possibilidades, sob a orientação do Secretariado Nacional; colaborarem todas na despesa material que a publicação do Missal implicar; colaborarem todas nos lucros que da venda do Missal resultarem. Se lhes interessa assim, muito bem; se não interessa, NÃO!».*

À carta de D. Alberto sobre o relatório a apresentar à Assembleia dos Bispo na

sua próxima reunião plenária, responde o P. Barbosa Pinto, a 10.04.73, nestes termos: *«... Embora tenha de modificar alguns compromissos assumidos, lá estarei em Fátima, se Deus quiser, às 16 horas do dia 1 de Maio; agradeço que, na medida do possível, me seja dada a possibilidade de dormir no Santuário de 1 para 2 de Maio».*

No dia 21.04.73, D. Alberto escreve esta carta ao P. Barbosa Pinto: *«... Venho dizer-lhe que afinal, a reunião da CEL com o respectivo Secretariado foi marcada para o dia 1 de Maio às 10 horas; por isso, em vez de estar em Fátima às 16 horas, seria necessário estar às 10 horas da manhã; poderá fazer esse favor?».*

Não existe no arquivo do Secretariado resposta do Sr. P. José Barbosa Pinto a esta carta de D. Alberto. Mas sabemos que, no dia 1 de Maio de 1973, partiu de Braga, pelas 7,00 horas da manhã, para se encontrar em Fátima com os bispos da Comissão Episcopal de Liturgia. Ao chegar a Aguada de Baixo, a quatro quilómetros ao Sul de Águeda, outro veículo que se pôs em movimento sem dar o devido sinal, obrigou-o a travar repentinamente. O carro em que seguia sozinho, rodopiou, guinou para a esquerda, onde foi colhido por uma camioneta de passageiros, que lhe causou morte instantânea, na plenitude das forças dos seus 47 anos (cf. “*In Memoriam*”, p. 1). Chegara o dia da sua Páscoa. Bendito seja Deus por tudo, pela vida e também pela morte. Nós acreditamos e sabemos que para Deus ninguém está morto. O P. Barbosa Pinto está vivo, junto do Senhor, a pedir pelos trabalhos do Secretariado de hoje.

No dia 12.05.73, em carta enviada por D. Alberto a cada um dos membros do Secretariado Nacional, afirma com emoção: *«Escrevo-lhe profundamente*

*sensibilizado como inesperado falecimento do senhor P. Barbosa Pinto, ao serviço da vida litúrgica nacional. Morreu em plena tarefa, a correr para Fátima, onde tomaria parte numa reunião da Comissão Episcopal de Liturgia, às 10 horas daquela manhã. É necessário reunir, quanto antes, com todos aqueles que integram o Secretariado, para encararmos a situação e estudarmos pistas de continuidade. Conto com a colaboração de V. Rev.cia, neste momento difícil. Pensando que Fátima será mais central, venho pedir-lhe a bondade de estar presente na reunião, que será no Santuário, às 11 horas, do dia 25 do corrente, com a seguinte agenda: 1) conhecimento da situação; 2) sugestões de continuidade: a) pessoas; b) actividades. Não deixe de trazer os elementos de que porventura disponha para esclarecer os pontos da agenda».*

Não encontro melhor modo de terminar esta síntese da vida do P. José Barbosa Pinto ao serviço da Liturgia em Portugal,

do que transcrevendo as palavras de uma oração que ele próprio escreveu, a pensar no dia da sua morte, melhor dizendo, da sua Páscoa:

Senhor Jesus!  
Estou a ver-te  
crucificado nesse madeiro...  
Estás morto!  
Morto... para me ensinar  
como deve morrer um filho de Deus:  
de cabeça inclinada,  
num gesto de solidariedade  
para com os outros homens  
que precisam de aprender a morrer  
vendo a minha morte...  
Deixa ficar sobre mim  
esse teu olhar de compaixão,  
que me tire todo o medo de morrer  
e me ensine desde já  
a preparar a minha morte  
como supremo acto de amor ao Pai.

*JOSÉ DE LEÃO CORDEIRO*



## O VERBO DE DEUS, AMIGO DOS HOMENS

A *Carta a Diogneto* é uma apologia do cristianismo, escrita entre os anos 190-200. No último *Boletim de Pastoral Litúrgica* transcrevemos os capítulos 9 e 10. Transcrevemos hoje os capítulos 11 e 12.

### O mestre dos cristãos

**11.** Não falo de coisas estranhas nem procuro o absurdo, mas, tendo-me tornado discípulo dos Apóstolos, faço-me mestre das nações, transmitindo dignamente a tradição àqueles que se tornaram discípulos da verdade. Qual é o homem que, depois de perfeitamente instruído e gerado pelo Verbo amigo, não se esforçará por aprender com exactidão tudo o que o Verbo manifestou aos discípulos? Foi a estes que o Verbo, quando apareceu e lhes falou com a maior confiança, revelou aquelas coisas que os descrentes não compreendem. Ele conversava com os discípulos, e os que Ele julgou fiéis conheceram os mistérios do Pai. Foi por causa deles que Deus enviou o Verbo, para Se manifestar ao mundo. Desprezado pelo povo, anunciado pelos Apóstolos, as nações pagãs acreditaram n'Ele. Ele, que existe desde o princípio, apareceu como recém-nascido e agora torna-se novo no coração dos fiéis. Este Verbo eterno é chamado Filho. É por meio d'Ele que se enriquece a Igreja e que a graça se difunde e multiplica nos fiéis. Essa graça dá sabedoria, revela os mistérios, anuncia os tempos, alegra-se pelos santos e deixa-se encontrar por quem a procura, pelos que não quebram os juramentos da fé nem ultrapassam os limites dos pais. Agora celebra-se o temor da Lei, reconhece-se a graça dos Profetas, conserva-se a fé dos Evangelhos, guarda-se a tradição dos Apóstolos e exulta a graça da Igreja. Se não contristares essa graça, reconhecerás que o Verbo fala como quer, quando quer e por meio de quem Ele quer. Por amor das coisas reveladas faz-nos participar de tudo, e por vontade do Verbo que o ordena, somos levados a falar com zelo.

### A verdadeira ciência

**12.** Se com empenho vos aproximardes e escutardes, conhecereis as coisas que Deus prepara para aqueles que O amam com rectidão. Tornam-se um paraíso de delícias, e produzem em si mesmos, ornados de frutos vários, uma árvore pujante e fecunda. Com efeito, no paraíso foi plantada a árvore da ciência e a árvore da vida. Não é a árvore da ciência que mata, mas a desobediência. O que foi escrito não é obscuro: Deus, no princípio, plantou a árvore da ciência e a árvore da vida no meio do paraíso, misturando a vida com a ciência. Aqueles que no princípio não usaram a ciência com rectidão, foram desnudados pelo engano da serpente.

Com efeito, não há vida sem ciência, nem ciência segura sem vida verdadeira, porque as duas árvores foram plantadas próximas uma da outra. O apóstolo, compreendendo esta força, e lamentando a ciência que se exerce sobre a vida sem a norma da verdade, diz: *A ciência incha, a caridade, ao contrário, edifica.* Aquele que julga saber alguma coisa, sem a verdadeira ciência testemunhada pela vida, não sabe: é enganado pela serpente, porque não amou a vida. Ao contrário, aquele que com temor conhece e procura a vida, planta na esperança, aguardando o fruto. A ciência seja o teu coração, e o Verbo verdadeiro, acolhido em ti, a tua vida. Levando a árvore contigo e colhendo o fruto, serás sempre rico das coisas que se desejam diante de Deus, que a serpente não toca e o engano não infecta. Eva não é corrompida, mas é reconhecida virgem. Revela-se a Salvação e os Apóstolos são instruídos; a Páscoa do Senhor aproxima-se, os tempos compõem-se e dispõem-se em ordem; alegra-se o Verbo que ensina os santos. Por Ele o Pai é glorificado. A Ele a glória pelos séculos. Amen.

ANTOLOGIA LITÚRGICA, *Carta a Diogneto* [nn. 464-465].

# LIVROS LITÚRGICOS OFICIAIS

## Situação em Junho de 2010

### Missal (1ª ed.)

– Formato maior .....	Disponível
– Formato menor .....	Disponível

### Leccionário:

– I. Ano A .....	Disponível
– II. Ano B .....	Disponível
– III. Ano C .....	Disponível
– IV. Ferial: Advento, Natal, Quaresma, Páscoa .....	Disponível
– V. Ferial: Anos ímpares do Tempo Comum .....	Disponível
– VI. Ferial: Anos pares do Tempo Comum .....	Disponível
– VII. Santoral e Comuns .....	Disponível
– VIII. Missas Rituais, Diversas e Votivas .....	Disponível

Evangelário ..... Disponível

Oração Universal Dominical (Domingos, solenidades e festas do Senhor) ..... Disponível

Oração Universal Ferial – Anos Pares ..... Disponível

Oração Universal Ferial – Anos Ímpares ..... Disponível

### Liturgia das Horas

– Vol I. Advento e Natal .....	Disponível
– Vol II. Quaresma e Páscoa .....	Disponível
– Vol III. Tempo Comum .....	Disponível
– Vol IV. Tempo Comum .....	Disponível
– Abrev. Edição abreviada [Laudes-H. Int.-Vésp. e Completas] .....	Disponível
– Abrev. Laudes e Vésperas [Laudes-Vésp. e Completas] .....	Disponível

Iniciação Cristã dos Adultos ..... Disponível

Celebração do Baptismo ..... Disponível

Celebração da Confirmação ..... Disponível

Sagrada Comunhão e Culto do Mistério Eucarístico Fora da Missa ..... Disponível

Ritual do Ministro Extraordinário da Comunhão ..... Disponível

Celebração da Penitência ..... Disponível

Unção e Pastoral dos Doentes ..... Disponível

Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e Diáconos ..... Disponível

Celebração do Matrimónio ..... Disponível

Dedicação da Igreja e do Altar ..... Disponível

Bênção dos Óleos dos Catecúmenos

    e dos Enfermos e Consagração do Crisma ..... Disponível

Bênção de um Abade e de uma Abadessa ..... Disponível

Ritual da Profissão Religiosa ..... Disponível

Ritual dos Exorcismos ..... Disponível

Consagração das Virgens ..... Disponível

Celebração das Bênções ..... Disponível

Celebração das Exéquias ..... Disponível

Instituição dos Leitores e dos Acólitos ..... Disponível

Martirologio Romano ..... Elaboração